

Visão APSEF

Edição Nº 21 - Abril de 2014

A revista que acompanha você



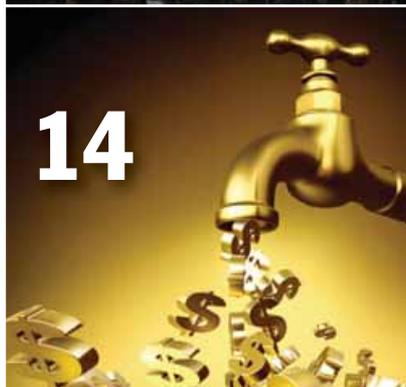
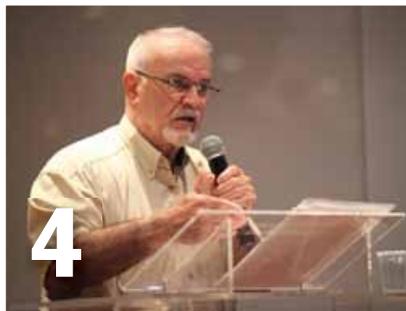
UM TEMPO DE INCERTEZAS

Desaquecimento da economia e ressurgimento da inflação deixam os brasileiros apreensivos e receosos dos rumos que o país está tomando

**TUDO É CARO NO
PAÍS ONDE MAIS
SE PAGA IMPOSTOS**

**DEGRADAÇÃO DOS
RIOS PODE DEIXAR O
PLANETA SEM ÁGUA**

NESTA EDIÇÃO



03

EDITORIAL

Hora de mudar os rumos do país

04

ENTREVISTA

“É preciso um novo pacto federativo”

09

ARTIGO

Amem e mudem seus estilos de vida

10

CAPA

Para onde vai o Brasil?

14

ECONOMIA

Haja renda pra tantos impostos

18

FIQUE LIGADO

SENADO FEDERAL

20

SERVIÇO PÚBLICO

Justiça Federal: o caminho para garantir direitos dos associados

25

ARTIGO

País rico não é país sem pobreza

26

SAÚDE

Movimentos que levam à longevidade
Assassina silenciosa

34

ESPECIAL

Tragédia anunciada

38

LAZER

O paraíso é aqui

42

ARTIGO

A plenitude da vida dos aposentados

Uma publicação da



Associação Nacional dos Servidores
Ativos, Aposentados e Pensionistas
do Serviço Público Federal

Presidente
Maria Cecília Soares da Silva Landim

Vice-Presidente de Administração,
Finanças e Patrimônio
Margarida Maria Gonzaga Pereira

Vice-Presidente de Assuntos Jurídicos
Priscila Maria Lima Hipólito

Ano 7 | Nº 21 | Maio de 2014

Vice-Presidente de Assuntos
Assistenciais
Vera Regina da Silva Massena

Vice-Presidente de Assuntos
Sócio-Culturais
Carmem Camilo

Conselho Fiscal
Arthur Oscar Franco de Sá

Maria Alves Figueiredo
Maria Eduvirgem Simas Pereira

Endereço:

SCN Qd. 02, Bloco D, Torre A,
Salas 912/917
Edifício Liberty Mall – Brasília/DF
CEP: 70712-903

Telefone:

(61)3037-9072 / 3034-3983

E-mail: presidencia@apsef.org.br

Site: www.apsef.org.br

Revista Visão APSEF

Diretor de redação
Francisco Amorim

Editor-chefe:

Washington Sidney

Subeditora: **Carla Lisboa**

Editor de arte/finalização:
Elton Mark

Conselho Editorial:

Maria Cecília Landim

Edson Teramatsu

Francisco Amorim

Washington Sidney

Luiz Soares

Impressão:

Qualitá Gráfica e Editora

Hora de mudar os rumos do país

A poucos meses das eleições que vão definir nossos futuros governantes, os brasileiros estão apreensivos. Percebem que há algo errado na economia e sentem no bolso a inflação dar sinais de vida depois de duas décadas de estabilidade. Na tentativa de conter a carestia, o governo eleva a taxa de juros e inibe ainda mais o crescimento do país. Com isso, desafia a lógica da economia de mercado e ajuda a alimentar a inflação. Afinal, é a maior oferta que reduz o custo dos produtos e serviços para a sociedade.

Por outro lado, preocupado com o efeito da inflação no resultado das urnas, represa o reajuste dos combustíveis e da energia elétrica. Assim, compromete a saúde financeira da Petrobras e amplia a dívida pública com o socorro às concessionárias de energia elétrica. Para os contribuintes, a conta virá em 2015 com aumento da carga tributária. Tão logo se encerrem as eleições, o governo anunciará um tarifaço de R\$ 46 bilhões. O resultado será mais inflação e mais sacrifício para a sociedade, em especial para os servidores públicos, menos empresas no mercado e menos recursos para os estados e municípios.

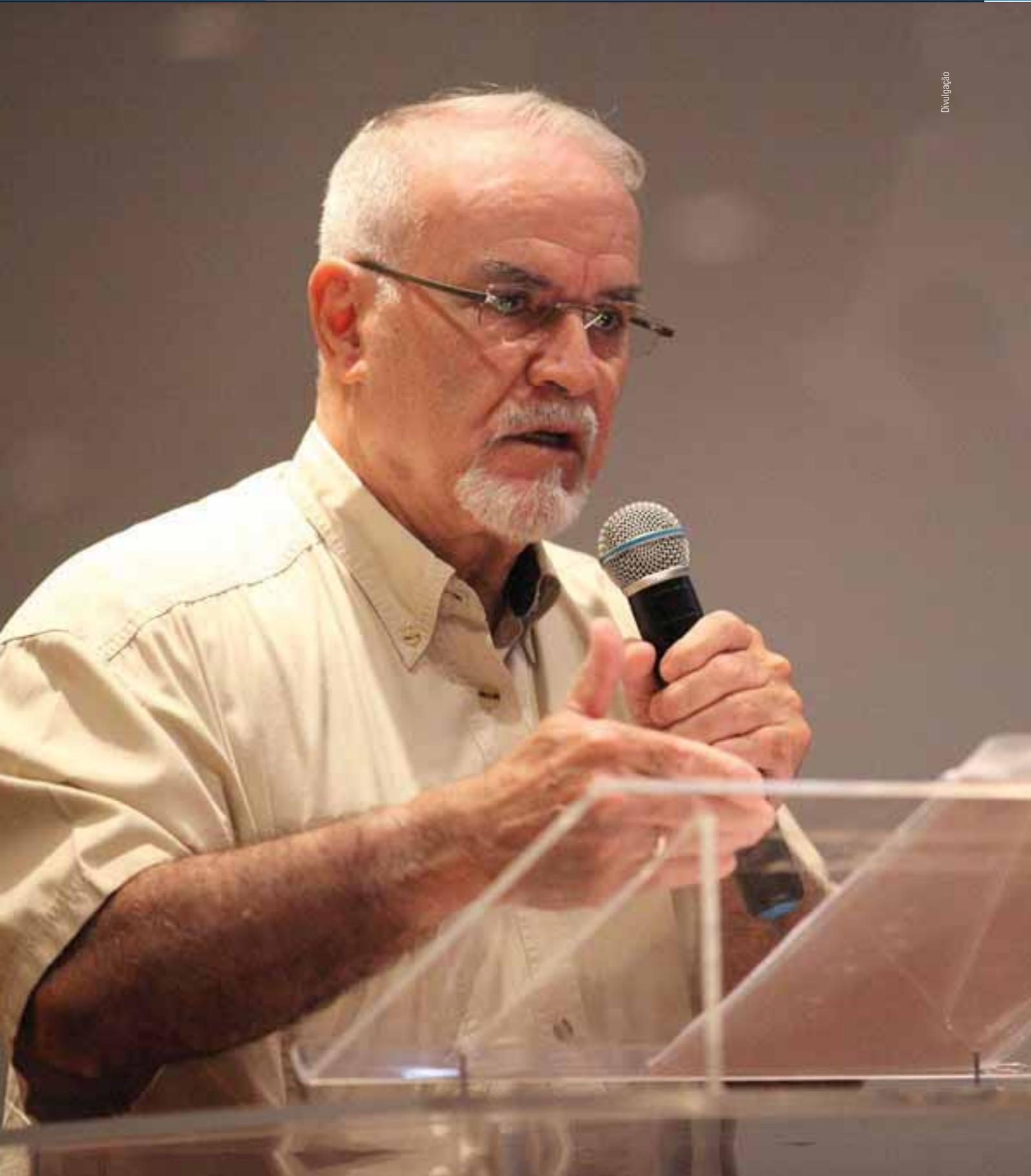
A verdade é que o Estado brasileiro se tornou refém de interesses que não são exatamente os da sociedade. Transformada em moeda de troca para facilitar as alianças políticas, a máquina pública está ficando cada vez mais inchada, enquanto os serviços públicos definham em quantidade e qualidade. Se continuarmos nesse compasso, a tão desejada reforma tributária já não será mais suficiente para recolocar o país nos trilhos. É por isso que o antropólogo Roberto Damatta, em entrevista exclusiva para a Visão APSEF, prega um novo pacto federativo.

Nesta edição da revista, nossos leitores vão se inteirar desses assuntos e entender, ao ler o artigo do consultor financeiro Gustavo Cerbasi, por que a distribuição forçada de renda feita com impostos pagos pelos contribuintes, ao contrário do que alardeiam os técnicos do governo, não estimulou a economia e nem fez as indústrias produzirem mais. E vão compreender também por que, apesar de ter a sétima economia do mundo, o Brasil impõe aos seus cidadãos uma vida tão cara em relação aos outros países.

Também saberão tudo sobre a grande ameaça que ronda o futuro da humanidade e que já se configura pontualmente no Brasil: a crise de abastecimento de água. Como resultado da explosão demográfica do planeta e da degradação dos rios pela ação predatória do homem, mais de um bilhão de habitantes do planeta não dispõem de água salubre e 25 mil morrem diariamente devido à má qualidade das águas que usam e tomam.

Mas abordamos, também, coisas positivas para nossos queridos associados. Nas páginas desta revista, eles farão uma viagem a um paraíso no coração do Brasil, o Pantanal, onde impressionante biodiversidade habita lagos, lagoas, cachoeiras, rios e matas exuberantes. E conhecerão uma técnica milenar capaz de rejuvenescer e melhorar a saúde de quem está na melhor idade: o Tai Chi Chuan. Um misto de arte marcial, dança e terapia capaz de prevenir os problemas cardiovasculares e doenças como a hipertensão, conhecida no meio médico como a “assassina silenciosa”. Boa leitura!

Maria Cecília Soares Landim
Presidente da APSEF



Divulgação

“É preciso um novo pacto federativo”

Perplexo com o alto nível de corrupção e descrente com o modelo de relação entre Estado e sociedade, antropólogo defende uma mudança político-institucional que dê mais importância aos municípios e aos estados

► **Carla Lisboa**

O antropólogo Roberto DaMatta, professor do Departamento de Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ), anda descontente com os rumos do país. Apesar de o Brasil ter se democratizado e conquistado a estabilidade econômica, ele não vê grandes progressos nas áreas política e social. E questiona a relação entre Estado e sociedade, que classifica de “aristocrática e escravocrata”. DaMatta defende avanços e, para isso, a inversão dessa relação. O Estado, argumenta o antropólogo, tem de trabalhar para a sociedade, o que nunca aconteceu no Brasil. Para piorar o quadro, a corrupção atingiu níveis impressionantes. A saída, diz, é a construção de um novo pacto federativo que dê mais importância aos municípios e aos estados. Mas ele não acredita que isso possa acontecer com a continuação do PT no poder federal. Considerado um dos grandes nomes das ciências sociais do país, DaMatta realizou pesquisas etnológicas entre os índios Gaviões e Apinayés. Com base em seus conhecimentos sobre as comunidades indígenas, o antropólogo sugere que

“ O maior desafio do Brasil é equilibrar a relação entre Estado e sociedade ”

nossa sociedade se espelhe nelas para construir um sistema igualitário e promover o desenvolvimento sustentável.

Que desafios o país precisa superar neste início de século?

DAMATTA – O maior desafio do Brasil é equilibrar a relação entre Estado e sociedade. É preciso que se faça um novo pacto federativo em que se dê mais importância aos municípios e estados. E esses estados devem fazer

uma composição para ver o que cabe ao sistema federal. Espero que isso seja feito, mas, para isso, o PT tem de perder a eleição. Estou torcendo que perca para acabar com essa era petista que se mostrou pior que os governos de direita, pois pelo menos nos governos de direita as pessoas não roubavam

tanto, não queriam se arrumar tanto. Resumindo: é fundamental redefinir os elos entre a sociedade e o Estado. Tem de inverter essa relação. O Estado tem de trabalhar para a sociedade e não o que tem acontecido. O que ocorre é que até hoje temos pago uma quantidade enorme de imposto de renda e não recebemos nada de

volta. O meu primeiro ponto é este: essa relação entre Estado e sociedade se manteve uma relação aristocrática porque é a sociedade trabalhando do mesmo modo que trabalhava no século XIX, quando se tinha o rei dom Pedro II, uma sociedade escravocrata. Temos de eliminar essas atitudes antigas, tradicionais, antiquadas, reacionárias, conservadoras, que vêm de um Brasil do século XIX e que ainda estão muito vivas.



Mas tivemos avanços na área econômica, por exemplo...

DAMATTA – Mas foi só. Isso ficou claro nos últimos 20 anos. A partir do controle inflacionário, dos mecanismos adotados para tornar a moeda brasileira estável, estabelecemos uma ordem financeira, da qual a gente tem um certo orgulho, porque nos aeroportos de Londres, Nova Iorque e outros podemos trocar reais por moeda local, uma coisa impossível de se fazer antes. Mas o restante, o que vem com isso, não foi conquistado. A mesma revolução que fizemos nas finanças, com o Plano Real, não conseguimos fazer, por exemplo, na mentalidade de políticos que tomam decisões importantes, em termos judiciais.

Como assim?

DAMATTA – Que critérios se usa para nomear um juiz da Suprema Corte? Diz-se que é uma indicação do presidente da República, competência privativa dele, mas esses nomes passam, antes, pelo Senado. Só que não temos uma tradição cultural de debate, de confronto, de interrogatório. É um ritual de legitimação do nome indicado e não um ritual em que os senadores investigam quem é a pessoa. Se fizessem isso, alguns ministros do STF jamais poderiam tomar posse por causa do conflito de interesse. Como é que se bota uma pessoa para

julgar o Mensalão que foi secretário do ex-ministro da Casa Civil e acusado na Ação Penal 470, José Dirceu? É o caso do excelentíssimo senhor ministro Dias Toffoli. Ele mesmo deveria ter dito que se permitiria não decidir e estar fora do caso porque, afinal de contas, trabalhou para esse grupo de acusados. Deveria ter se eximido e dito que estava fazendo isso porque trabalhou para o capitão desse time, logo, não poderia julgar. Isso é uma atitude que qualquer um faria na sua profissão.

Ou seja, falta consciência às nossas autoridades...

DAMATTA – Tenho escrito nas minhas crônicas sobre isso: onde foi parar o mínimo de consciência, de papéis sociais, que é uma coisa requerida num sistema igualitário? O paradoxo é mais ou menos isso, ou seja, a perplexidade: fizemos o mais difícil, que é conquistar, depois de mais de 20 anos de ditadura, uma sociedade democrática na qual se tem eleições, que é um ritual complexo, interessante, crítico. Conseguimos eleger um operário que veio do fundo da sociedade com um monte de promessas, um partido que tinha uma proposta moral importante, que dizia que jamais seria corrompido, que não podia errar, que mudaria a sociedade, e vimos que foi um governo pior que um de direita. Essa é a perplexidade

brasileira! E um governo que abriu brechas para tudo o que está acontecendo.

Por que o senhor torce para que se acabe a “era petista”?

DAMATTA – Esse desejo de poder é um desejo desmesurado. Tem de ter uma disciplina também no exercício do poder. Um time de futebol que ganha sempre acaba com o futebol. É o fim da política. Por que uma ditadura acaba com a política? Porque não tem mais eleição. Não tem ganhadores e perdedores. Tem de saber o ponto que se perde. Quando a ministra Rosa Weber, do Supremo Tribunal Federal (STF), ordena a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), que as minorias têm direito de fazer uma CPI, e o presidente do Senado, Renan Calheiros, diz que vai recorrer, então não adianta ter o Supremo. Para que serve um Supremo nessas condições? O Senado vai decidir por maioria que não pode fazer CPI separada da Petrobras?

Qual o desfecho que o senhor imagina para esse quadro?

DAMATTA – Não sei que resultado vai dar. A gente tem um partido no poder que simplesmente não admite perder nada e não admite crítica. Nunca pede desculpas e nunca diz que errou. Não admite ter limites. Não admite que no seu quadro de políticos e filiados há corruptos. Estou impressionado com a rede. Aparece uma rede agora com esse doleiro Alberto Youssef que é muito parecida com a do Mensalão, a qual tem quase 10 anos. É um partido que vive, quer dizer, a trajetória deles é muito semelhante: são todos eles pessoas que vieram muito de baixo, filhos de imigrantes italianos e outros que querem subir, como eu também quero subir, na vida, e todos nós queremos, mas tem um limite para subir na vida. A pessoa não pode subir na vida recomprando refinaria por US\$ 150 milhões para vender por US\$ 1 milhão. Assim também não dá! E depois achar

que quem está falando disso está inventando fatos e quer a destruição da Petrobras. Imagine! Qual é o brasileiro que quer que o Brasil vá mal? Nenhum!

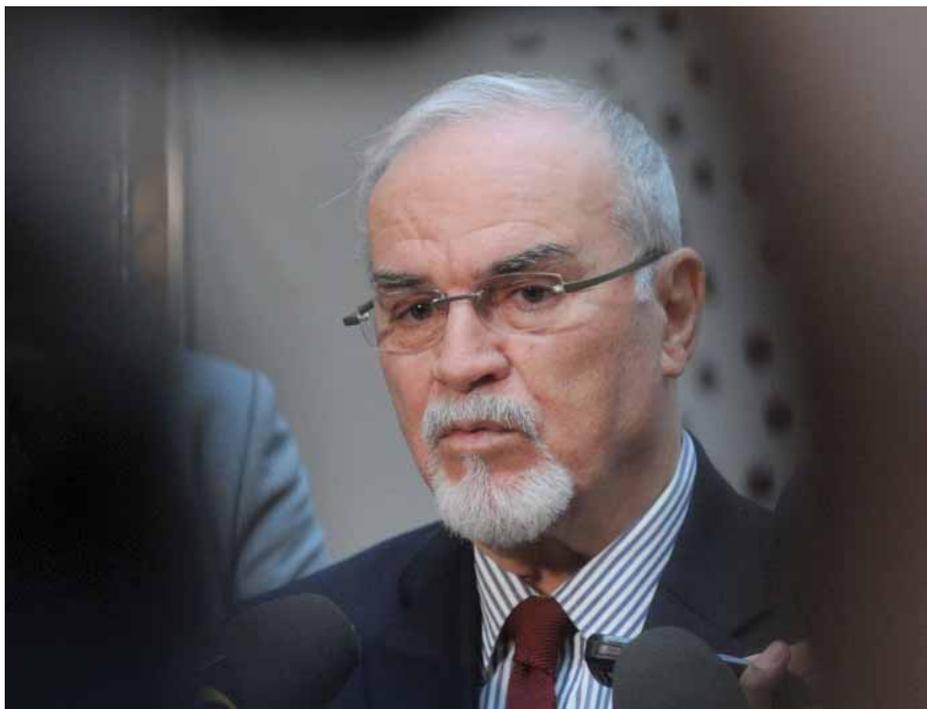
De fato, a gente percebe certa dificuldade dos que estão hoje no poder de aceitar críticas...

DAMATTA – Apontar as falhas do governo, apontar a tentativa de não ter limite para governar é uma coisa completamente diferente. Você não pode ganhar um jogo de futebol fazendo gol com a mão, gol de impedimento e atacando o juiz. Igual essa vitória roubada do Flamengo. Por que não se adotou no futebol, como foi adotado em outros esportes, como no voleibol, que tem um ponto, um juiz eletrônico que confirma ou não, ajuda o juiz, aumenta o grau de percepção do juiz no futebol porque ele tem a imagem da câmera. Se ele ficar indefeso, terá a câmera para apoiá-lo. Evidentemente que o juiz não teve coragem, diante de um Maracanã lotado de flamenguistas.

Os aposentados estão com uma expectativa de vida maior, mas vêm perdendo poder aquisitivo por causa da política do governo de reajustar as aposentadorias e pensões com valores abaixo da inflação, além de a saúde estar cada vez pior. Como resolver essa equação?

DAMATTA – Com um mundo demográfico diverso daquele dos séculos 19 e 20, penso que a responsabilidade do Estado junto ao cidadão se transforma. Agora, com uma média de cidadãos mais velhos, o Estado tem de ser cauteloso e, sobretudo, ético relativamente às aposentadorias. Critérios novos devem ser construídos: as acumulações de aposentadorias têm de ser revistas. A herança de honorários, também. Não se pode tirar do aposentado, mas se deve pensar o elo entre o aposentado e a aposentadoria. Há aposentadorias meritórias e outras abusivas e reveladoras de um Estado desonesto e descuidado, no caso do Brasil.

“ Não sei que resultado vai dar. A gente tem um partido no poder que simplesmente não admite perder nada e não admite crítica. Nunca pede desculpas e nunca diz que errou. Não admite ter limites ”



ensinamento incrível para uma sociedade que vive sofrendo de superpopulação. Como é que eles têm um sistema relativamente igualitário que a gente não consegue atingir aqui? Como é que eles se equilibraram sem falar em desenvolvimento sustentável? O desenvolvimento deles é inteiramente sustentável.

E a relação social, humana?

DAMATTA – Eu vivi com eles. Lá não é uma sociedade baseada na avareza. Ao contrário, é uma sociedade baseada na generosidade. Quando um índio mata um porco do mato, a primeira coisa que ele faz é entregar o porco morto a sua mulher e ela divide a

O senhor é um estudioso dos indígenas. Hoje temos muitos conflitos, o agronegócio invadindo reservas, matando... Que prejuízo seria para nós, brasileiros, e para a humanidade o desaparecimento dessas poucas populações indígenas que ainda existem?

DAMATTA – Temos uma responsabilidade muito grande com as populações indígenas porque elas são humanidades diferentes das nossas. É como se proteger espécies de animais, mas, no caso, não são animais. São seres humanos que têm uma concepção de mundo diferente da nossa, que é alternativa à nossa. Então, muitos dos problemas que citamos nessa entrevista não existem nessas sociedades. Você não pode aprender com elas? Claro que pode. Mas aí você vai dizer que não se pode mais voltar a viver em comunidades de 1.500 pessoas. Esse é o tamanho de uma tribo indígena brasileira na Amazônia. E como é que eles estão vivendo lá há milênios? É um

“ Temos uma responsabilidade muito grande com as populações indígenas porque elas são humanidades diferentes das nossas ”

carne e manda para vários parentes e, evidentemente, dois dias depois, algum parente caça e manda a carne para ela. De modo que a aldeia toda, numa situação normal de escassez e de abundância, que são as rotinas de qualquer sociedade, todo mundo está bem alimentado e tem as mesmas coisas que os outros. Assim, furto, por exemplo, não existe. Há furtos pequenos – uma mulher

que tirou a mandioca da outra – e conflitos menores. De vez em quando um cara mata o outro porque não tem jeito, o ser humano é ruim mesmo, por natureza. Mas são sociedades extremamente equilibradas que têm muita coisa para nos ensinar, sobretudo conhecimento de natureza, como remédios, de como lidar com os animais, como proteger a floresta. Uma visão de mundo muito rica porque é

tão profunda quanto a nossa. Assim, é um verdadeiro crime o Estado e a sociedade brasileira simplesmente deixarem essas sociedades entregues à própria sorte. ■

Amem e mudem seus estilos de vida

► **Antero Coelho Neto ***

Costumo dizer, para os meus amigos, que continuo vivo porque fui para a Organização Mundial da Saúde/OPS, em 1985, e passei a estudar e a valorizar os estilos de vida da população e da minha, obviamente. Quando regressei ao Brasil, em 1994, e falava da importância desses condicionantes para a nossa qualidade de vida e longevidade, um amigo chegou a dizer: “O Antero voltou meio maluco”.

Felizmente o nosso país mudou e, como vários outros do mundo desenvolvido, que dão valor aos bons estilos de vida como um dos fundamentais elementos da promoção da saúde e assim ter melhor qualidade de vida e maior longevidade, passou a comunicar e praticar seus ensinamentos. Hoje, em quase todas as revistas, jornais, programas de rádio e TV e na ampla rede de comunicação pela Internet, a nossa qualidade e quantidade de vida é assunto frequente. E lá estão os bons estilos de vida em destaque. Claro que estamos ainda começando, mas as perspectivas são animadoras.

Na minha própria comunicação com muitos amigos (rede na Internet), leitores desta revista, de meus livros e participantes ou ouvintes de nosso Programa Novas Idades, transmitido todos os sábados (11h às 12h), pela Rádio Universitária-FM, recebo importantes e frequentes perguntas e comunicações originais sobre o assunto. Uma das perguntas é: quais são os estilos de vida mais indicados?

Costumo enfatizá-los com a denominação de “Mandamentos da Vida”. Eles são, para mim, de uma maneira sumária, divididos em três grupos:

a) O que devemos FAZER: 1. ter uma alimentação saudável; 2. realizar atividade física constante; 3. dormir um mínimo de seis a sete horas diárias; 4. manter um peso saudável; 5. realizar atividades de lazer, satisfação e prazer; 6. planejar a vida do ano, principalmente após 60 anos; 7. realizar medidas preventivas

de saúde; 8. trabalhar sempre com jornadas suaves; 9. buscar o desenvolvimento pessoal; 10. desenvolver a espiritualidade; 11. viver em um ambiente saudável; 12. desenvolver uma educação que nos dê satisfação.

b) O que devemos EVITAR: 13. o estresse; 14. fazer sexo sem amor e com parceiros de risco; 15. o álcool; 16. medicamentos desnecessários e tecnologias inadequadas; 17. internações hospitalares desnecessárias; 18. os riscos físicos, químicos e biológicos.

c) O que NÃO devemos fazer: 19. fumar; 20. usar drogas.

E aí, caro leitor, quantos mandamentos dos 20 você pratica? Muitos? Vamos melhorar mais ainda? Ou são poucos? Muito poucos e deficientemente cumpridos?

Aí sim, caro leitor, é preciso mudar! Não vai ser fácil, sabemos todos, mas é preciso.

Costumo aconselhar sempre, lembrando aquele provérbio chinês que diz: “Para mudar é preciso um grande amor, ou uma grande dor”. Pense neles e pratique seu grande amor. Dor ainda não estamos sentindo, mas, caso presente, para evitá-la, devemos também mudar nossos maus estilos de vida.

Por amor a Deus, esposa, filhos, dependentes, amigos e também pelo Brasil, vamos mudar de hábitos e costumes de nossa vida.

E, lembre-se, nunca é tarde para isto. Pesquisas têm demonstrado que, iniciados em qualquer tempo da vida, os bons estilos de vida podem nos ajudar. Claro que em menor intensidade. Daí o conselho que damos frequentemente: pratique bons estilos de vida, desde o dia do nascimento. E então fica maior essa responsabilidade para os pais. Pratique bons estilos de vida e ensine aos seus filhos e netos.

E então eles vão chegar aos 120 anos que já têm direito.

O futuro, tenho certeza, vai dizer que sim. ■

* **Antero Coelho Neto** é médico, professor e associado da APSEF.

Para onde vai o Brasil?

Economia do país dá sinais de esgotamento. Sociedade está apreensiva com os rumos do país. Presidente eleito nas urnas no final do ano deverá receber uma herança pesada

► Washington Sidney



A leitura que a imprensa faz é de um quadro econômico difícil: aumento da inflação, queda do crescimento, baixo nível de investimentos, aumento das taxas de juros e elevação da dívida pública. São sintomas de que o país não vai bem. O governo acusa a mídia e a oposição de fazerem alarmismo. A presidenta Dilma Rousseff garante que a inflação está controlada e o ministro da Fazenda, Guido Mantega, aposta na retomada do crescimento.

Afinal, qual a real situação do Brasil? Para onde vai o gigante adormecido? Imaginar o futuro do país com base no que se vê hoje na imprensa e nas argumentações oficiais seria um exercício de futurologia. Mas dá para se fazer uma análise da situação do país com base nas medidas econômicas que o governo Dilma Rousseff adotou. E, a partir daí, imaginar o quadro pós-eleição, seja quem for o presidente eleito no final do ano.

Se a era FHC foi pautada pela estabilidade econômica, os governos do PT tiveram a marca do social-desenvolvimentismo. De um lado, elevou-se o consumo com os programas de transferência de renda. De outro, com o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), procurou-se fortalecer o mercado interno. A ideia era ampliar os investimentos em infraestrutura e na indústria para fazer o país crescer e aumentar ainda mais a renda.

Para atingir esses objetivos, o governo adotou como pressupostos uma política fiscal expansionista (aumentos progressivos de tributos e impostos), juros baixos, crédito subsidiado,

câmbio desvalorizado e aumento das tarifas de importação para “estimular” a indústria nacional. De fato, as tarifas de importação atingiram seu maior nível desde o Plano Real, os subsídios concedidos pelo BNDES às empresas bateram recordes, a taxa Selic foi mantida por seis meses em seu menor valor desde a era FHC e a desvalorização da taxa de câmbio foi acentuada. Mas, paralelamente, a inflação de preços se elevou aos níveis de 2003. Ainda assim, o governo se manteve agarrado à ideia de que “mais inflação gera mais crescimento”.

“ **A sociedade percebeu que algo começava a dar errado. O governo dizia que a inflação estava dentro da meta estipulada pelo Banco Central (6,5%)** ”

INFLAÇÃO

A sociedade percebeu que algo começava a dar errado. O governo dizia que a inflação estava dentro da meta estipulada pelo Banco Central (6,5%). Mas as pessoas passaram a gastar cada vez mais pelos mesmos serviços e produtos que consomem. Como explicar isso? A verdade é que o IBGE, em seu cálculo da evolução dos preços, leva em conta serviços controlados pelo governo, como água e esgoto, luz, gás, transporte, combustíveis, IPTU e IPVA. Mas os serviços e produtos sobre os quais o governo não tem controle, como aluguel, mensalidade escolar, matrícula e alimentação sofreram reajustes bem acima dos índices oficiais.

O governo, então, decidiu represar a inflação. Primeiro impediu a Petrobras de aumentar o preço da gasolina revendida às distribuidoras. Depois, obrigou as concessionárias de energia elétrica





a reduzirem as tarifas. Os efeitos colaterais eram previsíveis: com a desvalorização do real, o preço do petróleo importado disparou e a Petrobras sofreu queda nos lucros, endividamento recorde e rebaixamento de seus títulos no mercado. Forçado a arcar com os rombos nos balancetes das empresas do setor elétrico, o governo aumentou a dívida pública em R\$ 31 bilhões para socorrê-lo.

Como a tentativa de conter a inflação represando preços dos combustíveis e da energia elétrica não resolveu o problema da inflação, o governo passou a elevar a taxa Selic desde abril de 2013, a qual chegou aos atuais 11%, o que inibiu bastante os negócios e prejudicou o crescimento do país.

A professora Maria de Lourdes Rollemberg Mollo, da Faculdade de Economia da Universidade de

Brasília (UnB), acredita que o alarde da imprensa com a inflação ajudou a piorar o quadro. De fato, a inflação atingiu um patamar que o governo não esperava. Segundo ela, isso levou o governo a cometer equívocos que acabaram realimentando a inflação.

“As providências tomadas em razão dessa percepção alarmista é que foram grandemente problemáticas, como, por exemplo, o aumento da taxa de juros. Esse aumento (das taxas de juros) só se reflete no país com seis, sete meses de defasagem e o nosso crescimento – que não estava indo maravilhosamente bem, mas que estava caminhando – foi travado ainda mais em virtude dessa medida de juros elevados”, explica a economista.

Ela acha que o quadro do país ainda não preocupa, pois o desemprego não cresceu, a renda aumentou e sua distribuição foi ampliada e direcionada a pessoas que não tinham renda alguma. “Essas coisas me mostram que a situação brasileira não está ruim, mas é preciso encará-la de uma maneira diferente do que

vem sendo feito. As pessoas fazem um auê em relação à inflação e isso não significa que eu goste de inflação, significa que as medidas tomadas para controlá-la estão inibindo a própria solução do problema inflacionário a médio e longo prazo”, alerta.

Ela observa que, quando a taxa de juros sobe, o investimento cai. “E cai porque todo o dinheiro dos poupadores, em vez de ser entregue aos poupadores para

aumentarem a capacidade produtiva e o país ir crescendo, vai para o sistema financeiro aplicar em títulos públicos que estão com taxas de juros altas. E o investimento fica travado. Quando o investimento está travado, não há aumento da capacidade produtiva”.

Essas medidas não aumentam as chances de debelar a inflação de forma definitiva a longo e médio prazo. Isso só seria possível com o aumento da oferta

“As providências tomadas em razão dessa percepção alarmista é que foram grandemente problemáticas, como, por exemplo, o aumento da taxa de juros”

Maria de Lourdes Rollemberg Mollo, professora da Faculdade de Economia da UnB

de produtos, observa Maria de Lourdes. Só assim os preços caem. Portanto, é preciso aumentar os investimentos para ampliar a capacidade produtiva e, conseqüentemente, a produção a longo e médio prazo. “Como o investimento está restrito, temos um problema na economia”, avalia.

Maria de Lourdes achou equivocada a tentativa de conter a inflação por meio do represamento dos preços dos combustíveis e de energia e do aumento das taxas de juros. Ela acredita que travar a economia neste momento significa “empenhar a possibilidade de haver uma solução futura mais consistente e de resultados mais benéficos”.

Nesse momento, o governo, segundo ela, está mais apagando focos de incêndio, como é o caso do preço de energia elétrica, do que fomentando investimentos em infraestrutura de média e longa maturação, os quais poderiam atrair o setor produtivo. “A palavra de ordem deveria ser investimento encabeçado pelo Estado. Mas tem de aprender que investimento é uma coisa que demora a dar resultado”, afirma.

APREENSÃO

Esse cenário não é nada animador. No curto prazo, os problemas estruturais do país e a elevada carga tributária deverão minar ainda mais a credibilidade do governo. E o aumento das incertezas no Brasil, associado à recuperação econômica dos Estados Unidos e da Europa, deve levar os investidores a redirecionem seus negócios para esses países, que são mais ricos e juridicamente mais confiáveis. Ainda no curto prazo, poderão se agravar os problemas de governança na Petrobras, Eletrobras, Caixa Econômica e Banco do Brasil.

No médio prazo, se não se corrigirem os rumos da economia, a combinação de inflação acima da meta, instabilidade cambial, fuga de investidores, descontrole dos gastos públicos e juros mais altos poderá causar a explosão da bolha de consumo no país, provocando a inadimplência generalizada das empresas e das famílias em razão do elevado endividamento.

Assim, a estabilidade econômica poderia ficar seriamente comprometida.

Se esse quadro se confirmar – o que pode ocorrer, já que o governo não deverá tomar medidas de impacto em razão da proximidade das eleições –, será grande a possibilidade de se restringir o crédito, reduzir os programas sociais e trazer mais dificuldades para os servidores públicos em razão da perda da capacidade de investimento do Estado. Com isso, estaria aberto o caminho para os protestos nas ruas e as greves, panorama que já está se configurando no cotidiano dos brasileiros. Os aposentados, que já sofriam com a política econômica nos tempos de bonança, seriam mais penalizados com reajustes em seus proventos abaixo dos índices inflacionários.

Tito Belchior, professor de Economia da Universidade Católica de Brasília (UCB), aposta que o Brasil passará por forte ajuste fiscal e monetário em 2015, o que deverá implicar em juros ainda mais elevados e na volta do fantasma do desemprego. “Teremos mais inflação e, portanto, menor poder de compra para os servidores públicos”, acredita.

O economista Ricardo Amorim, que assina uma coluna na revista IstoÉ, também prevê uma “herança maldita” para o próximo governo. “A inflação não está apenas elevada, está grávida. O dragãozinho dos preços controlados pelo governo nasce após as eleições. Há mais de um ano os preços de ônibus, metrô, gasolina, energia elétrica e outros têm sido represados para conter a inflação e as manifestações de rua. Esses preços terão de ser realinhados para evitar o colapso dos serviços e das contas públicas”, analisa.

Segundo ele, o ajuste das contas públicas é inevitável. Virá através de elevação de preços, corte de gastos do governo ou aumento de impostos. Provavelmente os três. “Os reajustes pressionarão a inflação, forçando o BC a aumentar ainda mais os juros, que já estão no nível mais alto desde 2011, limitando o crédito e reduzindo o crescimento. Aumentos de impostos e redução de gastos do governo devem retirar dinheiro da economia em 2015”. ■

Haja renda pra tantos impostos

O Brasil é um dos países com a vida mais cara. Sobrecarga tributária inibe os negócios, fecha empresas e faz brasileiros pagarem mais que estrangeiros pelos produtos produzidos aqui

► Carla Lisboa



A alta carga de impostos que os brasileiros pagam virou manchete de um dos maiores jornais da Europa. No dia 24 de março deste ano, o Le Monde destacou no título principal da primeira página: “Brésil, le pays où la vie est plus chère”. Em tradução literal, “Brasil, o país onde a vida é mais cara”. Na reportagem, o jornal esclarece que o brasileiro é o povo mais sobretaxado no mundo e informa que aqui os trabalhadores já perderam quase 90% de seu poder aquisitivo por conta do pagamento de impostos.

Surpresa? Nenhuma. Na mesma semana, os jornais brasileiros mostraram que todos os tipos de bens de consumo vendidos no país também são os mais caros do mundo. Imóveis, veículos, vestuário, calçados, alimentação, eletrônicos, por tudo aqui se paga muito mais do que nos outros países. Acredite se quiser: os argentinos, por exemplo, estão pagando bem menos que os brasileiros pelos combustíveis produzidos em nosso próprio país.

Só para se ter uma ideia, no Görlitzer Park, os berlinenses fazem fila para comprar frango a R\$ 9,50. Aqui, o mesmo produto é vendido a quase R\$ 20. Detalhe curioso: o Brasil é o maior exportador de frango do mundo, com uma produção estimada em 1,26 bilhão de frangos, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Outro detalhe não menos curioso: a Alemanha é o maior comprador de frango do Brasil.

Os consumidores reclamam dos preços de tudo. Os empresários pressionam congressistas e governantes a fazerem uma reforma tributária. Enquanto aguardam a boa vontade dos políticos, os brasileiros

pagam 90 tipos de impostos. E o setor produtivo, em razão da elevação dos impostos, não apenas deixa de criar novos empreendimentos como ainda contabiliza o fechamento de milhares deles.

O Distrito Federal, por exemplo, perdeu, entre janeiro e março deste ano, 6.252 mil lojas. Pequenos e médios empresários fecharam as portas pela mais absoluta incapacidade de pagar a alta carga tributária e também por causa de prejuízos provocados pela violência (roubos e assaltos). Os setores mais afetados por essa carga de impostos foi o de óticas e de vestuário, informa a Associação Comercial do Distrito Federal (ACDF).

Levantamento feito pela entidade revela que 15,68% das 39.877 lojas abertas no DF no primeiro trimestre de 2014 fecharam as portas. “Além de pagarmos uma grande quantidade de impostos com valores elevados, não vimos essa quantidade de dinheiro ser revertida em favor do contribuinte na forma de políticas públicas. Não temos, por exemplo, segurança pública que proteja os empresários e seus negócios”, afirma a assessoria da ACDF.

“ De acordo com o estudo da Associação Comercial do Distrito Federal, em 2013 a capital federal arrecadou R\$ 6,9 bilhões em impostos ”



IMPOSTÔMETRO

De acordo com o estudo, em 2013 a capital federal arrecadou R\$ 6,9 bilhões em impostos. Entre 1º de janeiro e 8 de abril do ano passado, havia arrecadado R\$ 1,8 bilhão. No mesmo período deste ano (2014), esse valor atingiu a casa de R\$ 1,9 bilhão. A arrecadação do Brasil entre 1º de janeiro e 31 de dezembro de 2013 foi de R\$ 1,7 trilhão. Entre 1º de janeiro e 8 de abril do ano passado, os brasileiros haviam pago R\$ 470 bilhões. No mesmo período deste ano, pagaram R\$ 472 bilhões.



“Nosso desempenho atual mostra que arrecadamos mais e crescemos menos. Grande parte dos impostos recolhidos vai para cobrir gastos e custeios da máquina pública”

Rogério Amato, presidente da Associação Comercial de São Paulo

Inspirados no medidor estatístico criado nos Estados Unidos para computar os impostos que o país paga, lojistas e comerciantes brasileiros instalaram Impostômetros em várias capitais do país. No dia 15 de abril deste ano, os impostômetros brasileiros atingiram a impressionante marca de R\$ 500 bilhões. O



Inspirados no medidor estatístico criado nos Estados Unidos para computar os impostos que o país paga, lojistas e comerciantes brasileiros instalaram Impostômetros em várias capitais do país

valor corresponde a todos os impostos pagos pelos brasileiros de janeiro até 15 de abril deste ano para a União, os estados e os municípios.

“O nosso desempenho atual mostra que arrecadamos mais e crescemos menos. Grande parte dos impostos recolhidos vai para cobrir gastos e custeios da máquina pública. E sobra pouco para investir em infraestrutura, em segurança, em saúde”, disse, em nota, Rogério Amato, que preside a Associação Comercial de São Paulo (ACSP) e a Federação das Associações Comerciais do Estado de São Paulo (Facesp).

O primeiro impostômetro eletrônico do mundo foi criado nos Estados Unidos, o National Debt Clock, instalado na Sexta Avenida, em Nova Iorque. O primeiro da América Latina foi o do Brasil. Em parceria com o Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário (IBPT), o mecanismo dedicado a medir impostos em tempo real foi alojado na fachada da ACSP. Daí ele se espalhou por várias cidades. O de Brasília está situado na sacada da ACDF, no Edifício Palácio do Comércio, Quadra 2 do Setor Comercial Sul, virado para o Eixo Rodoviário.

As informações do impostômetro também permitem comparar valores e mostrar o que os governos poderiam fazer com o dinheiro arrecadado, como, por exemplo, quantas cestas básicas poderiam fornecer e quantos postos de saúde poderiam construir. Rogério Amato compara a arrecadação tributária com o crescimento econômico. “Nosso desempenho atual mostra que arrecadamos mais e crescemos menos. Grande parte dos impostos recolhidos vai para cobrir gastos e custeios da máquina pública. E sobra pouco para investir em infraestrutura, em segurança, em saúde”, afirma.

NÚMEROS

Os números do Impostômetro também podem ser vistos no site www.impostometro.com.br. “A proposta do painel eletrônico é mostrar de forma fácil o quanto a população paga de imposto e, ao mesmo tempo, despertar a consciência do cidadão para sua condição de contribuinte e, como tal, seu direito de exigir serviços públicos como contrapartida daquilo que paga, em vez de achar que os serviços que o Estado oferece são fruto da generosidade dos governos”, diz Marcel Solimeo, economista da ACSP.

Ele confirma a informação do *Le Monde* de que o Brasil é um dos países com uma das cargas tributárias mais altas do mundo comparadas com a renda. “Tem países com uma tributação muito maior, mas tem uma renda muito maior do que a nossa. O Impostômetro também tem a finalidade de despertar no cidadão o interesse pela questão tributária”, diz o economista.

A Associação Comercial de São Paulo coletou assinaturas em todo o estado para ter essa informação nas notas fiscais como complemento para essa ação de produzir consciência no cidadão sobre os impostos que paga. O economista da ACSP diz que o impacto



do Impostômetro e essas outras ações fazem parte de um processo de conscientização. Segundo ele, a ACSP recebe muitas solicitações de associações comerciais de várias cidades para instalação de impostômetros.

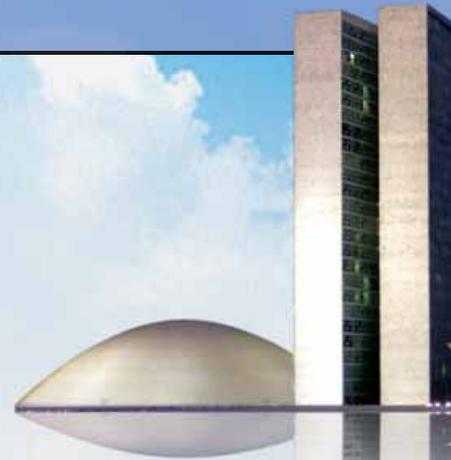
Estudos da entidade indicam que uma tributação muito alta inviabiliza muitas empresas de sobreviver. Empresas da periferia, por exemplo, que geralmente têm lucro muito baixo e pagam muito imposto, acabam fechando as portas. “Isso faz com que a gente tenha muitas empresas informais, que acabam não se registrando porque não aguentam pagar todos os impostos”, afirma Marcel Solimeo.

O mais grave, segundo ele, é que o país tem uma burocracia muito grande e muito complexa. “É uma parafernália de tantos impostos e siglas que, para a pessoa pagar, precisa ter documentos, escrituração fiscal e uma série de coisas. Além do custo de pagar, ainda tem o custo da burocracia que, para empresas menores, muitas vezes é absolutamente inviável. Assim, acabam ficando na informalidade porque não conseguem pagar e nem cumprir a burocracia que precisam para pagar os impostos”, critica. ■

“ A Associação Comercial de São Paulo coletou assinaturas em todo o estado para ter essa informação nas notas fiscais como complemento para essa ação de produzir consciência no cidadão sobre os impostos que paga ”

SENADO FEDERAL

Conheça as proposições em andamento no SENADO FEDERAL voltadas para aperfeiçoamento ou melhoria dos dispositivos legais de interesse dos servidores públicos e especialmente os relacionados a aposentadorias, pensões e outros temas.



<p>PEC 36/2008 Senador Paulo Paim e outros</p>	<p>Proposta para estender o direito à paridade às pensões que se derivam dos proventos dos servidores já aposentados ou com direito à aposentadoria quando da edição da Emenda Constitucional nº 41, de 2003, retroagindo seus efeitos à data de vigência da referida EC. A proposta acresce parágrafo único ao art. 7º da Constituição Federal para aplicar o critério de revisão previsto no caput às pensões derivadas dos proventos de aposentadoria dos servidores públicos a que se refere aquele dispositivo.</p>
<p>PEC 36/2007 Senador Paulo Paim e outros</p>	<p>Proposição apresentada que "altera a redação do § 3º do art. 39 da Constituição Federal, para dispor sobre o menor vencimento no serviço público", estabelecendo que nenhum servidor ocupante de cargo público receberá a título de vencimento básico ou salário, importância inferior ao salário mínimo, aplicando-se-lhe, ainda, o disposto no art. 7º, VII, VIII, IX, XII, XIII, XV, XVI, XVII, XVIII, XIX, XX, XXII e XXX, podendo a lei estabelecer requisitos diferenciados de admissão quando a natureza de cargo o exigir está pronta para Pauta na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania desde 22 de outubro de 2013.</p>
<p>PLS 495/2013</p>	<p>Projeto para alterar o art. 78 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, para facultar ao servidor público converter um terço das férias em abono pecuniário, que aguarda designação do Relator na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania desde 05/12/2013.</p>
<p>PLS 53/20011</p>	<p>Tem por objetivo alterar o art. 15 da Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, para dispor sobre o posicionamento dos aposentados e pensionistas nas tabelas remuneratórias constantes do Anexo I da lei. O Projeto encontra-se na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, aguardando designação do Relator desde 21/03/2014.</p>
<p>PLS 121/2009 Senador Inácio Arruda</p>	<p>Proposta objetivando alterar dispositivos da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. "Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União, das Autarquias e das Fundações Públicas Federais", que propõe acrescentar inciso XX ao art. 117 e alterar a redação do XIII do art. 132, para aperfeiçoar o referido diploma legal, que rege os servidores públicos federais, passando a prever a penalidade de demissão para aquele servidor que, no exercício do poder hierárquico, vier a submeter seus subordinados a práticas degradantes ou constrangedoras no ambiente de trabalho, colaborando para a construção de um verdadeiro serviço público de qualidade para seus administradores.</p>
<p>PLS 573/2009 Senador Sérgio Zambiasi</p>	<p>Essa proposição, que tem por objetivo acrescentar § 3º ao art. 217 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, para autorizar a prorrogação do pagamento de pensão por morte recebida por dependente de servidor público até os 24 anos de idade, se estiver cursando o ensino superior ou o ensino médio profissionalizante, complementa outras em tramitação no Senado, como os PLS nºs 49 e 140, ambos de 2008, de lavra, respectivamente, dos Senadores Expedito Júnior e Cristovam Buarque, que estendem o pagamento da pensão no âmbito do Regime Geral de Previdência Social. Aguardando designação do Relator, desde 14/01/2011, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal.</p>
<p>PLS 273/2008 Senador Romeu Tuma</p>	<p>Proposta no sentido de acrescentar § 4º ao artigo 186 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, Regime Jurídico Único – RJU, dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, com o escopo de permitir que o servidor público civil aposentado por invalidez, possa exercer atividade de assessoria intelectual remunerada. O Projeto se encontra pronto para Pauta na Comissão da CCI, desde 06/06/2013, com voto pela aprovação, com duas emendas apresentadas.</p>
<p>PLS 76/2004 Senador Marcelo Crivella</p>	<p>Proposta para acrescentar parágrafo único ao artigo 11 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, Autarquias e das fundações públicas federais, dispensando dos valores fixados no edital do concurso a inscrição de candidato comprovadamente desempregado.</p>
<p>PEC 54/2013 Senador Paulo Paim e outros</p>	<p>A matéria visa alterar o art. 6º-A da Emenda Constitucional nº 41, desde de 2013, para estabelecer critérios para o cálculo e a correção dos proventos da aposentadoria especial dos servidores públicos que ingressaram no serviço público até a data da publicação daquela Emenda Constitucional. A matéria encontra-se com a Relatoria na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania desde 26/11/2013.</p>

PEC 50/2012 Senadora Ana Amélia e outros Senadores	O projeto tem o objetivo de alterar o art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, desde 5 de julho de 2005, para estabelecer a contagem em dias de tempo excedente de contribuição do servidor público para fins da regra da transição de aposentadoria prevista no dispositivo. Após Voto favorável do Relator, a matéria encontra-se pronta para Pauta na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.
PEC 55/2009 Senadora Rosalba Ciarlini	A proposta visa aprova nova regra que "altera o art. 40 da Constituição Federal para eliminar a incidência de contribuição sobre os proventos de aposentadorias e as pensões pagas pelo regime especial de previdência dos servidores públicos". Aguarda designação do Relator na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.
PLS 152/2008 Senador Epitácio Cafeteira	Altera a Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1998, para estender aos agentes públicos ocupantes de cargo de provimento em caráter efetivo a isenção do imposto de renda dos proventos de aposentadoria ou reforma motivada por acidente em serviço e os percebidos pelos portadores de moléstia profissional. O presente Projeto de Lei encontra-se pronto para Pauta da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, desde 06/ 05/2014. Conforme o autor do Projeto de Lei, em justificativa, o inciso XIV do art. 6º da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, concede isenção do imposto de renda de pessoas físicas aos proventos de aposentadoria ou reforma percebidos por portadores de alguns agravos à saúde.



ATENÇÃO:

Associação-fantasma prepara novo golpe contra os aposentados

Inúmeros associados estão recebendo correspondência de uma associação-fantasma sediada em Brasília propondo o ingresso de ações judiciais para recebimento de valores decorrentes da diferença de diversas gratificações, dentre elas, GDPST, GDM-PST, GDM-PGPE, alegando que foi reconhecido pelo Supremo Tribunal Federal-STF o direito dos aposentados da percepção daquelas gratificações, nos mesmos valores pagos aos servidores ativos, bem como o pagamento dos atrasados desde a edição das respectivas leis que as criaram.

E mais, que o pagamento dos atrasados ocorrerá no prazo máximo de 8 meses, em valores que variam de R\$ 25.000,00 a 48.000,00.

Logo após o recebimento da carta, insistentes telefonemas são dados para remessa de uma procuração e dos dados pessoais e funcionais, bem como, o imediato depósito de uma taxa em uma conta que dias depois desaparece, já que informam que é optativa a filiação.

Em alguns casos em que o aposentado caiu no golpe dos estelionatários, ocorreram duas situações:

- uma vez paga a taxa, a conta dada desaparece e nas tentativas de comunicação telefônica ao número informado na carta sempre aparece uma mensagem "ESTE NÚMERO NÃO EXISTE", ou

seja, o aposentado perde o valor que depositou;

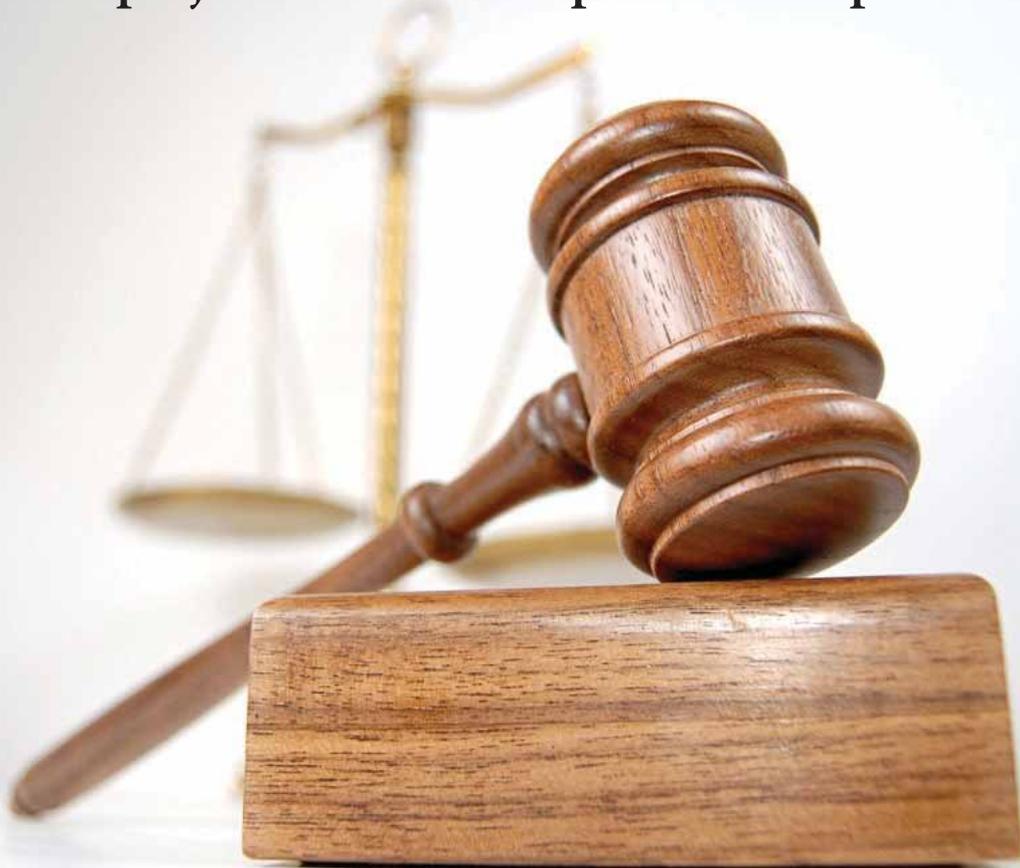
- outro resultado mais grave: além de ficarem com o valor depositado, os estelionatários usam os dados do aposentado para contrair empréstimo consignado, de forma fraudulenta, ensejando uma longa demanda para suspender o desconto e comprovar a fraude.

PORTANTO: Não há solução milagrosa na esfera judicial, mas uma longa e segura tramitação processual. Por outro lado a APSEF já ingressou com todas as ações cabíveis para garantir aos associados o pagamento das diferenças decorrentes do reconhecimento pela justiça federal do direito à igualdade de tratamento dado aos servidores em atividade, ressaltando que cada processo tem um julgamento específico, mesmo havendo o reconhecimento do direito pelo STF.

No site da APSEF www.apsef.org.br – ações judiciais, o associado poderá acompanhar a tramitação dos processos das diversas gratificações, além de terem recebido uma carta notificando as ações das quais fazem parte. Ressalte-se que a APSEF não divulga a relação dos integrantes de cada ação para preservar os associados da tentativa constante de novos golpes dos estelionatários.

Justiça Federal: o caminho para garantir direitos dos associados

Embora o percurso seja longo e demorado, não vamos desistir, mas ingressar com novas ações judiciais sempre que ocorrer prejuízo em nossos proventos e pensões



AS NOVAS AÇÕES

REDUÇÃO ARBITRÁRIA DA VPNI – MANDADO DE SEGURANÇA

Com o propósito de impedir a retirada ou redução da Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada (VPNI), efetivada de forma indiscriminada e ilegal com base no art. 103 do Decreto-lei nº 200/67.

Em março fomos surpreendidos com a redução da Parcela VPNI de inúmeros associados, com uma singela e inexplicável mensagem do Ministério do Planejamento no respectivo contracheque: Aplicação do art. 103 do Decreto-lei 200/67.

Causou-nos perplexidade pelo fato de aquela parcela ter sido garantida, de forma individual e específica, sempre após o exame percuciente da situação do servidor, em consonância com a regra inserta em cada lei específica.

Como exemplo, a VPNI dos Agregados decorrente da aplicação da Decisão nº 1.545/2002. Por determinação do Tribunal de Contas da União (TCU), na sua competência constitucional, ficou assegurado que a mesma seria reajustada sempre que houvesse o reajuste geral dos servidores públicos, sendo, portanto, indevida e ilegal a redução feita pelo MP.

Com efeito, a VPNI criada pelo DL 200/67 constituiu instrumento legal para permitir, na implementação dos Planos de Cargos e Empregos vinculados à reorganização administrativa efetivada, a garantia de que a remuneração a maior decorrente de direito adquirido fosse preservada e paulatinamente absorvida pelos aumentos da carreira, mas sempre determinada expressamente na lei de criação dos cargos.

ALERTAMOS, assim, os associados que tiveram REDUÇÃO do VALOR DA VPNI, que, a partir de fevereiro, comuniquem a APSEF para que, concedida a Liminar, possamos pleitear o retorno do valor pago em janeiro e a devolução da diferença relativa aos meses posteriores.



CONVERSÃO EM PECÚNIA DA LICENÇA- PRÊMIO NÃO GOZADA

- AÇÃO JUDICIAL – Proc. nº 31832-80.2014.4.01.3400 – 15ª Vara Federal – Com o objetivo de garantir a conversão em pecúnia da licença-prêmio adquirida e não gozada nem contada em dobro para a aposentadoria.

GARANTIA DE IGUALDADE DE TRATAMENTO NA CONCESSÃO DE GRATIFICAÇÕES DE DESEMPENHO

- AÇÃO JUDICIAL DA GDASS – Proc. nº 31832-80.2014.4.01.3400 – Com o propósito de garantir aos associados, vinculados ao INSS, o pagamento integral da parcela institucional da GDASS (Gratificação de Desempenho de Atividade do Seguro Social), criada pela Lei nº 10.855/2004, mesmo após a regulamentação pelo Decreto nº 6.493/08 e a efetivação da avaliação de desempenho, bem como o pagamento dos valores atrasados a esse título.



- **AÇÃO JUDICIAL DA GDM-PST** – Com o propósito de garantir aos médicos, vinculados à Carreira Previdência, Saúde e Trabalho, a percepção da GDM (Gratificação de Desempenho de Atividade Médica) nos mesmos moldes pagos aos servidores ativos, bem como o pagamento dos atrasados desde a edição da Lei n.º 12.702/2012.
- **AÇÃO JUDICIAL DA GDM-PST** – Pleiteando garantir aos associados médicos, vinculados à Carreira Previdência, Saúde e Trabalho, o pagamento integral da parcela institucional da GDM (Gratificação de Desempenho de Atividades Médicas), criada pela Lei n.º 12.702/2012, mesmo após a sua regulamentação e a efetivação da avaliação de desempenho e, ainda, o pagamento dos valores atrasados a esse título, se houver.
- **AÇÃO JUDICIAL DA GDM-PGPE** - Com o propósito de garantir aos Médicos, vinculados ao Plano Geral de Cargos do Poder Executivo-PGPE, a percepção da GDM (Gratificação de Desempenho de Atividade Médica) nos mesmos moldes pagos aos

servidores ativos, bem como o pagamento dos atrasados desde a edição da Lei n.º 12.702/2012.

- **AÇÃO JUDICIAL DA GDM-PGPE** – Com o objetivo de garantir aos Médicos, vinculados ao Plano Geral de Cargos do Poder Executivo-PGPE, o pagamento integral da parcela institucional da GDM (Gratificação de Desempenho de Atividades Médicas), criada pela Lei n.º 12.702/2012, mesmo após a sua regulamentação e a efetivação da avaliação de desempenho, bem como o pagamento dos valores atrasados a esse título, se houver.
- **PLANO VERÃO** – A extensão subjetiva do título executivo do Instituto Brasileiro de Defesa ao Consumidor (IDEC), formado no bojo da Ação Civil Pública n.º 1998.01.1.016798-9.

O plano econômico conhecido por “Plano Verão”, instituído em janeiro de 1989, ocasionou perdas aos poupadores cujas cadernetas de poupança estavam ativas entre 1º e 15 de janeiro daquele ano.

Com efeito, ao modificar os índices de rendimento das contas-poupança,

a Lei n. 7.730, de 31 de janeiro de 1989 (conversão da Medida Provisória n.º 32, de 15 de janeiro de 1989), que engendrou o plano em questão, provocou perdas que alcançam o percentual de 42,72%.

Em outubro de 2009, foi formado um título executivo no bojo da Ação Civil Pública n.º 1998.01.1.016798-9, movida pelo Instituto Brasileiro de Defesa ao Consumidor (IDEC) contra o Banco do Brasil S.A., perante o Juízo da 12ª Vara Cível da Circunscrição Especial Judiciária de Brasília.

Os parâmetros do título executivo consistiram na ordem de que o Banco do Brasil corrigisse os ativos financeiros disponíveis nas contas-poupança mantidas na instituição financeira em janeiro de 1989, segundo o índice de 42,72%, conforme estabelecido pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Ressalte-se que a atualização dos valores então depositados nas contas-poupança deverá ser apurada

em liquidação de sentença, a ser ajuizada até 27 de outubro de 2014.

Essa data consagra o termo final do lapso prescricional para executar o título do IDEC. As Execuções propostas após essa data poderão ser extintas, de plano, a partir do reconhecimento da ocorrência de prescrição.

DA LEGITIMIDADE ATIVA DOS FILIADOS À APSEF

A legitimidade para o ajuizamento da Execução, a princípio, tem maior plausibilidade do direito relativamente aos filiados residentes no Distrito Federal.

Isso se dá em razão da interpretação acerca do art. 16 da Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985 (Lei da Ação Civil Pública), com redação dada pela Lei nº 9.494, de 10 de setembro de 1997, a qual restringe os efeitos da coisa julgada para os limites da competência territorial do órgão prolator da sentença.

Não obstante, a controvérsia jurisprudencial sobre essa matéria não está resolvida, havendo, no âmbito do próprio Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT), precedentes recentes que aplicam o entendimento de que consumidores domiciliados em outras unidades federativas estão, sim, legitimados a promover a execução individual de sentença.

Ademais, aguarda-se julgamento pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ), que pretende pôr fim à discussão, ao definir:

a) se a sentença proferida pelo Juízo da 12ª Vara Cível da Circunscrição Especial Judiciária de Brasília na Ação Civil Pública 1998.01.1.016798-9 é aplicável indistintamente a todos

os detentores de caderneta de poupança do Banco do Brasil, independentemente de sua residência ou domicílio no Distrito Federal, reconhecendo-se o direito de ajuizar o cumprimento individual da sentença coletiva no Juízo do domicílio de origem ou no Distrito Federal;

b) a legitimidade ativa dos poupadores, independentemente de fazerem parte dos quadros associativos do IDEC, de ajuizarem o cumprimento individual da sentença coletiva proferida naquela Ação Civil Pública.

Assim, caso haja interesse, os associados potenciais beneficiários do título do IDEC (ou seja, que possuíam caderneta de poupança no Banco do Brasil quando da instituição do Plano Verão, em janeiro de 1989) devem localizar seus extratos bancários dos meses de janeiro e fevereiro de 1989.

Os filiados que não tiverem os extratos em questão devem solicitar as microfilmagens de janeiro e fevereiro de 1989 ao Banco do Brasil, por meio de comunicação escrita. De preferência, deve ser lançado um prazo para resposta, por exemplo, de dez (10) dias.

As microfilmagens devem estar emitidas em papel timbrado do Banco do Brasil, com as folhas carimbadas e assinadas pelo gerente da agência.

Também poderão ser requeridas mesmo que a conta já tenha sido encerrada.

Quando obtidos, os documentos poderão ser remetidos à APSEF para fins de análise do proveito econômico vislumbrado com a ação. Ressaltamos que as futuras Execuções ficarão suspensas em razão da determinação do STJ. De qualquer modo, uma vez proposta a Execução, o direito dos filiados estará assegurado contra eventuais alegações de prescrição.



ACOMPANHE A TRAMITAÇÃO DOS PROCESSOS EM EXECUÇÃO

AÇÃO DOS 28,86% – Processo original nº 1997.34.00.025.407-4

Esclarecimento sobre a execução do Grupo-8 – Processo nº 51981-05.2011.4.01.3400

Encontra-se suspensa a execução, desde julho de 2012, em razão do ajuizamento dos Embargos à Execução da UNIÃO.

Não obstante, para a APSEF e os integrantes do Grupo 8, o que interessa, prioritariamente, é o desfecho a ser dado pela Justiça Federal aos Embargos à Execução nº 1473-21.2012.4.01.3400 apresentados pela APSEF impugnando a alegação de prescrição da pretensão executória apresentada na petição dos Embargos à Execução pela União.

Por outro lado, foi realizada uma diligência contábil para apurar valores, levando em consideração as alegações de ambas as partes. Mas, embora já concluída desde março de 2014, ainda aguarda a decisão do Juiz da 7ª Vara Federal acerca dos aspectos controvertidos suscitados pela Contadoria Judicial, pela APSEF e pela União.

AÇÃO DA GDATA – Processo original nº 2004.34.00.029140-1.

A morosidade do pagamento, em face da reiterada prática de propositura de Embargos de Execução pela União, retarda o pagamento de 52 processos de execução.

A propositura de Embargos à Execução é uma prática muito comum no âmbito da Advocacia Geral da União, quando se trata de Execuções propostas contra a Fazenda Pública, sendo raríssimos os casos em que a UNIÃO não embarga as Execuções, sendo no caso da GDATA 52 processos embargados (13 em 2012; 30 em 2013 e nove em 2014),

No caso específico das Execuções de GDATA, alguns argumentos bastante frequentes são as preliminares de ilegitimidade ativa da APSEF, além da limitação territorial para os Exequentes não residentes no Distrito Federal, pretendendo a UNIÃO, com a

arguição dessas “preliminares”, promover a extinção das Execuções. Como as duas preliminares aventadas são bastante frágeis, conseguimos afastá-las de plano e permitir que os processos prossigam.

Por outro lado, a UNIÃO, visado a protelar, indefinidamente, o pagamento dos valores assegurados pela Justiça, também apresenta argumentos “de mérito”, com o intuito de discutir os critérios de cálculo. Tais argumentos frequentemente envolvem discordância quanto à pontuação de GDATA aplicada à metodologia contábil, ou quanto aos critérios de atualização monetária e juros de mora. Por vezes, há alegações relacionadas ao recebimento de valores administrativamente ou à proporcionalidade das pensões, havendo a necessidade, em cada caso, de uma análise pormenorizada para que possam ser identificados os pontos controvertidos e rebatê-los.

Infelizmente, apesar do acolhimento da contra-argumentação nos Embargos à Execução, até o momento, somente foram pagos 11 processos e quatro aguardam a expedição de requisições de pagamento.

AÇÃO DOS 3,17 – Processo original nº 1997.34.00.025410 – Ainda aguardando o pagamento de cinco Processos de Execução

- Grupo 4 (2005.34.00.006035-8): aguardando a expedição das requisições de pagamento relativas aos valores incontroversos.
- Grupo 5 (2005.34.00.006057-0): recentemente houve o trânsito em julgado dos Embargos à Execução e sendo diligenciadas as providências junto à 16ª VF, com o intuito de viabilizar a expedição dos valores controvertidos (o chamado “crédito originário”).
- Grupo 8 (2005.34.00.006038-9), Grupo 12 (2005.34.00.006059-8) e Grupo 13 (2005.34.00.009607-4): os processos de Execução estão arquivados até o julgamento das Apelações nos Embargos à Execução no TRF1, solicitando-se reiteradamente o direito de preferência. ■

País rico não é país sem pobreza

► **Gustavo Cerbasi ***

O governo usa intensamente, em sua publicidade, o slogan “país rico é país sem pobreza”. Criada em 2011, a frase é o mote da política de distribuição de renda que tem melhorado os indicadores de desigualdade social no Brasil, com recursos como o Bolsa Família.

Mas a situação econômica brasileira vem apresentando as consequências da distribuição forçada de renda esperadas no longo prazo. Ao usar recursos arrecadados com os impostos para aumentar a renda de famílias menos ricas, supunha-se que o maior consumo estimularia a economia, faria as indústrias produzir mais e gerar mais empregos. Isso ocorreu em situações pontuais e ajudou no desenvolvimento das regiões Norte e Nordeste.

Mas a indústria não precisa apenas de consumidores. Precisa também de infraestrutura logística, crescimento sustentável, estabilidade e estímulos à inovação. Isso tudo custa e depende, no Brasil, de iniciativa governamental. A indústria brasileira perde fôlego e competitividade. Com um mercado que sobe e desce, os investimentos vão para vizinhos mais estáveis.

O risco passa também pelo emprego e pela renda. As políticas de combate à desigualdade geram resultados bons no curto prazo, mas eles não se sustentam por muito tempo. As famílias aumentam o consumo, aquecem a economia, mas aumentam as dívidas, e então deixam a economia sem demanda. Esse é o retrato do Brasil atual: timidez nos investimentos, saída de capital, incerteza nos negócios e no emprego e insatisfação crescente. Em vez de promover o crescimento, o estímulo não sustentável promove, entre as famílias, uma dependência cada vez maior do amparo do governo.

O problema está na inspiração das ações políticas. Não há sentido em afirmar que um país rico é um país



sem pobreza. Na prática, esse slogan justifica uma política no estilo Robin Hood: tirar dos ricos para dar aos pobres. Como consequência, os ricos produzirão menos e levarão seus recursos para onde for mais seguro. O slogan do governo afugenta a riqueza, em vez de promovê-la.

Um país rico é aquele que promove oportunidades iguais de acesso ao conhecimento e à educação e estimula investimentos, geração de empregos, tecnologia, segurança e crescimento. Em resumo, um país rico é aquele que colhe os frutos de ter estimulado, entre todos os cidadãos, a ambição de gerar riqueza. Estamos longe disso no Brasil. Por isso, somos um país pobre.

O debate deixou de ser uma discussão de ideias. A novidade são os indicadores, a realidade que pede mudança no uso dos recursos públicos. Podemos exigir, como cidadãos, uma administração mais sustentável dos impostos que pagamos. ■

* **Gustavo Cerbasi** é consultor financeiro e autor de *Casais Inteligentes Enriquecem Juntos* (Ed. Gente), *Como Organizar sua Vida Financeira* (Elsevier Campus) e *Os Segredos dos Casais Inteligentes* (Ed. Sextante). Acesse os perfis no Twitter e Facebook. Publicado originalmente na Revista Época em 28/02/2014. Fonte: www.maisdinheiro.com.br.

Movimentos que levam à longevidade

Criado na China antiga, o Tai Chi Chuan proporciona benefícios para a saúde física, mental e emocional das pessoas. É praticado em parques e centros de saúde e ganha cada vez mais adeptos

► Washington Sidney



Muitos de nós já devemos ter visto um grupo de pessoas reunidas ao ar livre, em algum parque ou praça pública, fazendo movimentos lentos que lembram uma espécie de balé ou algo do gênero. As pessoas mais curiosas param para entender o que se passa. Algumas ficam até o encerramento da atividade para conversar com alguém do grupo a fim de satisfazer a curiosidade. E boa parte delas acaba aderindo.

Como definir o Tai Chi Chuan, essa prática estranha aos olhos de quem a assiste pela primeira vez? Difícil conceituar, tal a sua abrangência. Mas podemos dizer que estamos diante de uma luta marcial, uma terapia e uma técnica de relaxamento. Quando o praticante se dá conta, está mudando completamente seu estilo de vida e adquirindo aquilo que todos consideram essencial para as suas vidas: equilíbrio, serenidade, harmonia, paz interior e, o que é melhor, saúde física e mental.

De fato, ao contrário da correria das academias, essa prática milenar chinesa traz aos praticantes, por meio da suavidade e da harmonia de seus movimentos, uma série de benefícios à saúde, que proporcionam, como consequência, longevidade. Pode-se citar, entre esses benefícios, a melhora da postura e do funcionamento do organismo, maior fluidez dos canais energéticos, flexibilidade e força nos músculos, mais equilíbrio na respiração, além de uma maior concentração e estímulo à memória. E muito mais.

A bancária Beatriz Damasceno, 39 anos, por exemplo, sofria com artrite e problemas na coluna, provavelmente decorrentes do fato de trabalhar horas a fio sentada. Passou a praticar o Tai Chi Chuan e aos poucos as dores deixaram de incomodá-la. “É incrível, mas, depois que passei a fazer os exercícios, minha saúde melhorou muito. Também vivia ansiosa e até



“ Tai Chi Chuan é uma luta marcial, uma terapia e uma técnica de relaxamento ”

isso acabou”, resume. Para se ter ideia, só na capital do país o Tai Chi foi adotado com fins terapêuticos em hospitais e centros de saúde da rede pública, coordenado por médicos, enfermeiros e assistentes sociais.

Helena Fukuta, profissional de saúde, bem-estar e educação física, diz que o Tai Chi, praticado pela manhã bem cedo, ajuda a manter a vitalidade, fortalece o sistema nervoso, normaliza a produção hormonal, desenvolve o potencial cerebral e espiritual, preserva e recupera a energia vital e equilibra os sistemas orgânicos do corpo, permitindo viver o tempo de vida natural com mais disposição e alegria. Ela orienta grupos de pessoas nessa prática em parques públicos e centros de saúde de Brasília.

“O desbloqueio corporal suave que praticamos antes do Tai Chi, trabalhando As Nove Dobras do Corpo, As Oito Formas de Alongamento dos Tendões e As Nove Formas para Restabelecer a Vitalidade, libera as tensões, restaura o fluxo energético, proporciona o enraizamento, o conectar com nosso centro de segurança e imunidade natural, tornando a respiração mais profunda e tranqüila. Confesso que, após



a prática, minha vontade é de sair saltitante, dando pulos pela grama verde, irradiando alegria, gratidão e revelando a criança feliz de cabelos brancos que sou”.

Por ser uma meditação em movimento, esta prática milenar chinesa proporciona também equilíbrio emocional e espiritual. “O movimento sereno na vivência do Tai Chi proporciona isso se, na preparação prévia, após desbloqueio corporal, aquietarmos mente e

OS CINCO MAIORES BENEFÍCIOS DO TAI CHI CHUAN

- Desperta a energia e equilibra a pressão sanguínea. As técnicas respiratórias reduzem o estresse, diminuem a frequência cardíaca e aumentam o nível energético.
- Aumenta a capacidade de concentração. Executando as formas dos movimentos, o praticante exercita a memória e aumenta sua capacidade de executar as tarefas diárias com maior facilidade.
- Alonga os músculos e deixa as juntas flexíveis. Os movimentos vagarosos e circulares diminuem a tensão e aumentam a resistência muscular e a flexibilidade das articulações.
- Melhora o equilíbrio e reduz o risco de quedas e acidentes. A pessoa aprende a girar o seu corpo vagaro-

“ Por ser uma meditação em movimento, esta prática milenar chinesa proporciona também equilíbrio emocional e espiritual ”

coração e entrarmos no Vazio, serenando o centro espiritual (“lintai”, Centro Yang, ou Sol Interior no meio da cabeça)”, esclarece a professora Helena Fukuta.

Os praticantes do Tai Chi afirmam que esta prática se baseia nas filosofias do taoísmo, confucionismo e budismo. Por essa razão, os benefícios são observados tanto no físico quanto no equilíbrio emocional. O Tai Chi fortalece a estrutura corporal, músculo, circulação sanguínea, respiração, desenvolve o alongamento geral do corpo, fortalece as articulações e, como o aprendizado é suave, estabiliza as emoções por meio da respiração profunda e da atenção constante dos próprios movimentos.



samente e andar numa postura mais estreita, melhorando o equilíbrio e diminuindo consideravelmente as chances de cair ou se machucar.

- Melhora a circulação. A respiração profunda e os movimentos amplos revigoram os músculos e aumentam o fluxo sanguíneo. Isso permite que o oxigênio fresco circule com nutrientes através dos membros, alimentando as extremidades do corpo com mais energia.



De exercício de guerra a prática terapêutica

Conta-se que, certo dia, o mestre taoísta chinês Chang San Feng foi acordado por ruídos de animais do lado de fora de sua cabana. Ao chegar à janela, deparou-se com uma serpente e uma águia. Em seu voo, o pássaro avistara a cobra e descera para capturá-la a fim de se alimentar. Impassível, Chang assistiu àquela luta e viu, depois de algum tempo, os animais abandonarem a contenda sem que houvesse vencedor.

Na verdade, houve um grande vitorioso naquele dia: a milenar cultura chinesa. A partir da observação detalhada dos movimentos alternados de ataque e defesa da serpente e da águia, o mestre taoísta começou a desenvolver o Tai Chi Chuan, arte marcial que acabou sendo incorporada pelos militares da China como exercício de guerra.

Não se sabe se o episódio é verdadeiro ou uma antiga lenda. Mas uma coisa é certa: os chineses nunca criam algo do nada. Eles baseiam sua cultura e sua filosofia na natureza. Por isso, com o tempo, foram incorporadas ao Tai Chi representações de posturas e de movimentos de animais como a garça, o tigre, o urso, o macaco e o cervo, os quais estão ligados aos cinco elementos da cultura chinesa: fogo, água, terra, madeira e metal.

Com o passar do tempo, os chineses perceberam que aqueles movimentos, feitos com suavidade e

associados a um exercício respiratório, proporcionavam aos praticantes equilíbrio físico e mental, que é, em essência, a receita para a saúde de qualquer pessoa. Assim, o Tai Chi Chuan se transformou em uma espécie de prática terapêutica.

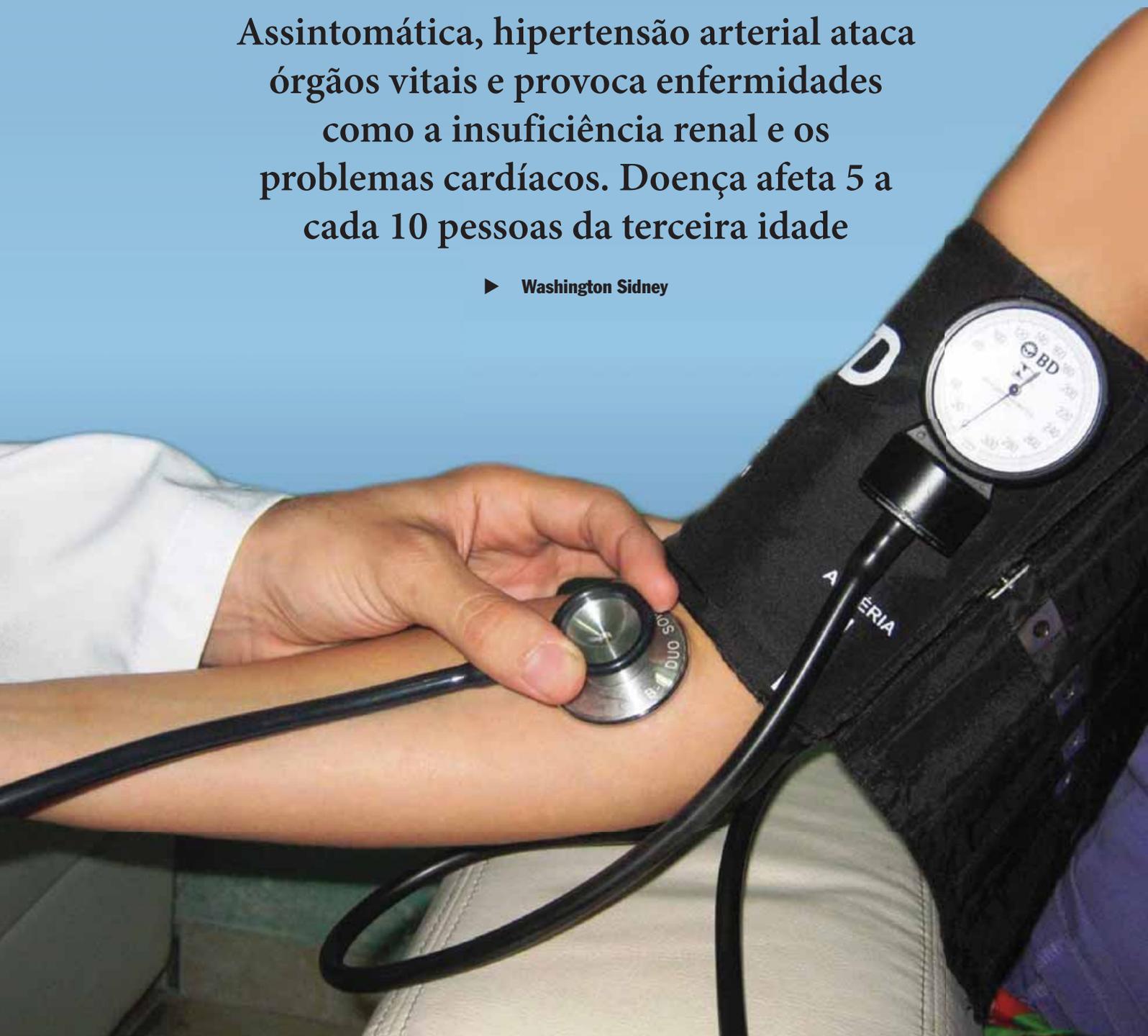
Pesquisa realizada pelo Serviço de Geriatria do Hospital das Clínicas, da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (USP), revela que, de todas as artes terapêuticas, físicas e mentais, o Tai Chi Chuan é a mais suave e fácil de ser aprendida. Seu poder de rejuvenescimento físico e mental tem sido comprovado. Mas os chineses descobriram uma coisa ainda mais importante: praticado em movimentos lentos, o Tai Chi Chuan é, também, uma eficiente técnica de meditação, o que traz como benefício o combate à ansiedade e, conseqüentemente, a paciência.

A base do Tai Chi Chuan é o taoísmo, tradição filosófica e religiosa originária da China que enfatiza a vida em harmonia com o "Tao". Este termo chinês significa "caminho", "via" ou "princípio", e também pode ser encontrado em outras filosofias e religiões chinesas. No taoísmo, especificamente, o termo designa a fonte, a dinâmica e a força motriz por trás de tudo que existe. A principal obra do taoísmo é o Tao Te Ching, livro conciso e ambíguo que contém os ensinamentos atribuídos ao filósofo Lao Zi. ■

Assassina silenciosa

Assintomática, hipertensão arterial ataca órgãos vitais e provoca enfermidades como a insuficiência renal e os problemas cardíacos. Doença afeta 5 a cada 10 pessoas da terceira idade

► Washington Sidney



O engenheiro Miguel dos Santos nunca imaginou que viveria um drama em plena vida produtiva. Aos 45 anos, sofre de insuficiência renal crônica e, em decorrência da falência dos mecanismos excretores dos rins, precisa fazer hemodiálise três vezes por semana. O tratamento consiste na remoção de líquido e substâncias tóxicas do sangue por meio de um aparelho.

O processo é doloroso. A cada sessão, o paciente tem a veia perfurada para que o sangue seja filtrado artificialmente. Além de deixá-lo sem condições de trabalhar, a doença o ameaça com outras complicações, como anemia severa, descalcificação, desnutrição e hepatite. E traz sérios inconvenientes, como a necessidade de exames mensais para medir as taxas de ureia, fósforo e ácido úrico e um outro para verificar o estado dos ossos.

Para piorar o quadro, Miguel toma medicamentos antes (como a heparina, que evita a coagulação sanguínea), durante e depois das sessões (como vitaminas C e complexo B, que ajudam a mobilizar os estoques de ferro do organismo). Também usa em casa carbonato e carbonato de cálcio, que impedem a absorção de fósforo e evitam as doenças ósseas.

Na fila de um transplante de rim, Miguel não pode sequer matar a sede em uma Brasília seca durante parte do ano. E precisa cuidar da alimentação, pois o consumo de certos alimentos, como doces e salgados, pode levá-lo a ingerir água. Como há redução da



Fazer hemodiálise é um processo doloroso. A cada sessão, o paciente tem a veia perfurada para que o sangue seja filtrado artificialmente

urina, líquidos e sal ficam acumulados no organismo, originando inchaços e aumento da pressão arterial.

DOENÇA SILENCIOSA

O engenheiro foi vítima de uma doença conhecida popularmente como “assassina silenciosa”: a hipertensão arterial. Assintomática, com o tempo ela ataca os órgãos mais importantes do corpo. Resumindo: Miguel tinha hipertensão arterial e não sabia. Quando soube, estava com os rins comprometidos.

“Os rins são fundamentais no controle da pressão arterial e a tendência à reabsorção excessiva de sódio (sal) eleva cronicamente a pressão arterial. Devido à sua alta vascularização (25% do débito cardíaco passam pelos rins), este órgão é muito susceptível às lesões da sua vasculatura e de suas estruturas com a elevação da pressão arterial”, diz o doutor Daniel Rinaldi dos Santos, presidente da Sociedade Brasileira de Nefrologia (SBN).

Segundo o médico, a hipertensão arterial foi a principal causa da perda da função renal de 34% dos 100 mil pacientes que se encontravam em tratamento dialítico no

PRINCIPAIS DOENÇAS CAUSADAS PELA HIPERTENSÃO

- Acidente vascular cerebral (AVC).
- Cardiopatia isquêmica, incluindo angina de peito, infarto do miocárdio e morte súbita.
- Insuficiência cardíaca.
- Aneurisma dissecante da aorta.
- Insuficiência renal.
- Gangrena no pé, de acordo com a região do corpo afetada.

Brasil no ano passado. “Esse é um grave problema de saúde pública e representa um dos principais fatores de morbidade e mortalidade nas sociedades modernas”, comenta o nefrologista.

Mas afinal que doença é essa? Hipertensão é quando a pessoa tem a pressão arterial sistematicamente igual ou maior que 14 por 9. A pressão se eleva por vários motivos, mas, principalmente, porque os vasos nos quais o sangue circula se contraem. O coração e os vasos podem ser comparados a uma torneira aberta ligada a vários esguichos. Se fecharmos a ponta dos esguichos, a pressão lá dentro aumenta. O mesmo ocorre quando o coração bombeia o sangue. Se os vasos se estreitam a pressão sobe.

Essa doença é fator de grande risco de problemas cardiovasculares e a principal causa de morte e incapacidade no Brasil. Sabe-se hoje que a adoção de um estilo de vida saudável pode prevenir, pelo menos em parte, o aparecimento dessa enfermidade. E se for detectada precocemente e controlada de forma adequada, pode-se reduzir a incidência de mortes por doenças cardiovasculares. Se a pressão arterial sistólica ultrapassar os 160mmHg ou a diastólica superar 95mmHg, triplica o risco de acidente vascular cerebral e duplica o risco de doença coronária.

OS DEZ MANDAMENTOS CONTRA A PRESSÃO ALTA

1. Meça a pressão pelo menos uma vez por ano.
2. Pratique atividades físicas todos os dias.
3. Mantenha o peso ideal e evite a obesidade.
4. Adote alimentação saudável: pouco sal, sem frituras e mais frutas, verduras e legumes.
5. Reduza o consumo de álcool. Se possível, não beba.
6. Abandone o cigarro.
7. Nunca pare o tratamento. Ele é para a vida toda.
8. Siga as orientações do seu médico ou profissional da saúde.
9. Evite o estresse. Tenha tempo para a família, os amigos e o lazer.
10. Ame e seja amado.



Pérsio Garrido Brasil

“ Esse é um grave problema de saúde pública e representa um dos principais fatores de morbidade e mortalidade nas sociedades modernas ”

Dr. Daniel Rinaldi

Em geral, nos primeiros anos a hipertensão arterial não apresenta quaisquer sintomas ou sinais de doença, à exceção dos valores tensionais elevados detectáveis através da medição da pressão arterial. Contudo, com o passar dos anos, ela acaba por lesar os vasos sanguíneos e os principais órgãos vitais do organismo, como o coração, os rins e o cérebro.

Mas como isso acontece? Simples: os vasos são recobertos internamente por uma camada muito fina e delicada, que é machucada quando o sangue está circulando com pressão elevada. Com isso, os vasos se tornam endurecidos e estreitados, podendo, com o passar dos anos, entupir ou romper. Quando o entupimento de um vaso acontece no coração, causa a angina, que pode ocasionar o infarto. No cérebro, o entupimento ou rompimento de um vaso leva ao derrame cerebral ou AVC. Nos rins podem ocorrer alterações na filtração até a paralisação dos órgãos.

A pressão alta é uma doença “democrática”. Ataca homens e mulheres, brancos e negros,

DICAS PARA PREVENIR A DOENÇA

- **De olho na cintura.** Controlar o peso é o primeiro passo para prevenir e tratar a hipertensão.
- **Consuma mais alimentos ricos em potássio.** Esse nutriente age estimulando a eliminação do sódio presente no corpo, diminuindo a retenção de líquidos e a pressão arterial.
- **Coma mais frutas e vegetais.** Esses são grandes aliados contra a hipertensão. Eles contribuem para uma dieta balanceada, rica em nutrientes e pobre em gorduras saturadas (frituras) e açúcar, diminuindo os riscos de obesidade, principal fator de risco para a hipertensão.
- **Consuma mais cereais integrais.** Eles reduzem as chances de diabetes, previnem o câncer, ajudam a manter o peso e ainda são grandes combatentes da hipertensão.
- **Coma mais alho.** O alho contém diversos elementos que auxiliam a dilatação dos vasos sanguíneos, reduzindo a pressão e facilitando a circulação do sangue.
- **Opte por carnes magras.** Não precisa eliminar a carne para prevenir ou controlar a hipertensão. Porém, deve-se optar por carnes mais magras, como peixes, frango e cortes magros de carne vermelha, como filé mignon e músculo.



- **Reduza o consumo de gordura saturada e açúcar.** Cortar as calorias vazias de alimentos processados, doces e refrigerantes contribui para a perda de peso e diminui os níveis de sódio em nosso sangue.
- **Seja mais otimista.** Manter o bom humor e o otimismo contribui não só para baixar a pressão arterial, como também ajuda a preservar nossa saúde por completo.
- **Aposte nas frutas vermelhas**
- **Consuma mais fontes de vitamina D**
- **Inclua mais leite e derivados no cardápio**
- **Pratique a meditação**
- **Coma mais chocolate amargo.** As substâncias antioxidantes presentes no cacau podem ajudar a relaxar as artérias e melhorar o fluxo sanguíneo para o coração em até 4%.
- **Trabalhe menos horas por dia**
- **Atenção para a menopausa.** Ao atingir a menopausa, a mulher deixa de produzir o estrogênio, hormônio que protege os vasos sanguíneos e ajuda a prevenir alterações vasculares.
- **Previna a constipação.** Mulheres que sofrem com prisão de ventre no período pós-menopausa têm um maior risco de hipertensão e doença cardíaca do que aquelas que tinham um intestino regular.

ricos e pobres, idosos e crianças, gordos e magros, pessoas calmas e nervosas. Estima-se que pelo menos 30% dos jovens até 18 anos sejam hipertensos. Esse percentual atinge 50% no caso das pessoas após os 60 anos. Ou seja, um a cada dois idosos tem a doença. Ela é responsável por 40% dos infartos, 80% dos derrames e 30% dos casos de insuficiência renal terminal.

Pelo fato de obrigar o coração a trabalhar mais para bombear o sangue através dos vasos, a hipertensão leva esse importante órgão a hipertrofiar-se e, finalmente, dilatar-se. Como consequência, pode surgir insuficiência cardíaca (quando o coração já não consegue bombear sangue suficiente para satisfazer as necessidades do organismo). Por outro lado, o fluxo de sangue ao músculo cardíaco pode tornar-se insuficiente, surgindo assim a angina de peito.

FATORES DE RISCO

A hipertensão é herdada dos pais em 90% dos casos. Ou seja, em princípio, é uma doença genética. Em alguns casos, contudo, pode ser causada por uma doença relacionada, como distúrbios da tireoide ou em glândulas endócrinas, como a suprarrenal. Entretanto, há vários outros fatores que influenciam os níveis de pressão arterial, entre eles o consumo excessivo de sal, o hábito de fumar, o consumo de bebidas alcoólicas, obesidade, estresse, níveis altos de colesterol, vida sedentária, diabetes e sono inadequado.

Além desses fatores de risco, sabe-se que a incidência da hipertensão aumenta com a idade. Isso porque, com o passar do tempo, nossas artérias começam a ficar envenhecidas, calcificadas, perdendo a capacidade de dilatar. São chamados de vasos menos complacentes. Com isso, a hipertensão arterial é mais fácil de acontecer. ■

Tragédia anunciada

Escassez de água ameaça o futuro da humanidade. Hoje, mais de um bilhão de habitantes no mundo não têm o produto em condições para consumo e 25 mil morrem diariamente devido à má qualidade da água que utilizam

► Carla Lisboa



Segundo a Bíblia, um dia, em tempos longínquos, a humanidade teria sido extinta por um grande dilúvio. Foram 40 dias e 40 noites de muita água sobre a Terra. Só sobreviveram Noé e os familiares dele. Preservada, a espécie humana começava a grande aventura que chamamos de civilização. Ironicamente, chegamos hoje a um ponto em que a vida corre risco de desaparecer do planeta. Dessa vez não pelo excesso, mas pela falta de água.

Ambientalistas têm feito insistentes alertas sobre essa tragédia anunciada. Eles dizem que, depois do ouro amarelo e do ouro preto (petróleo), em breve o que mandará na política internacional e deverá ser motivo de guerra entre países será o ouro azul. Ou seja, a água, cada vez mais necessária à crescente população do mundo, à indústria e à agricultura.

A ameaça é concreta. Não foi por outra razão que a Organização das Nações Unidas (ONU) instituiu, em 22 de março de 1992, o Dia Mundial da Água. O objetivo é despertar a consciência da humanidade, trazer ao debate temas relacionados a este importante bem natural e a elaboração de medidas práticas para tentar reverter esse quadro.

Mas por que a ONU se preocupa tanto com a água se dois terços da Terra são formados por este precioso líquido? A razão é que apenas uma pequena quantidade, cerca de 0,008% do total da água do nosso planeta, é potável, isto é, própria para o consumo. E grande parte das fontes desta água está sendo contaminada, poluída e degradada pela ação predatória do homem.

CATÁSTROFE

A situação preocupa, pois, em futuro próximo, faltará água para consumo de grande parte da humanidade. Afinal, paralelamente à contaminação dos



rios, lagos e represas, a população do mundo não para de crescer. Em meio século ela mais que dobrou, saltando de 3,037 bilhões de pessoas em 1960 para 7,046 bilhões em 2012. Hoje, mais de um bilhão de habitantes do planeta não dispõem de água salubre e 25 mil morrem diariamente devido à má qualidade das águas que usam e tomam.

No ano de 2025, acredita-se que 75% da população mundial estarão nessa mesma situação. Por causa disso, o professor Igor Shiklomanov, diretor do Instituto de Hidrologia da Rússia, em relatório feito para a Unesco, avisa que, para evitarmos uma catástrofe pela falta de água, devemos desde já racionalizar

o seu uso e sermos mais parcimoniosos.

O professor recomenda que os governantes encontrem novas técnicas e mecanismos de reciclagem das águas usadas e de dessalinização das águas marinhas. E alerta que os países em desenvolvimento, pela pobreza e falta de recursos, estão ainda mais sujeitos aos prejuízos da falta de água, porque tudo isso se torna particularmente oneroso e insustentável para eles.

“ Cerca de 0,008% da água do planeta é potável. E grande parte das fontes desta água está sendo contaminada, poluída e degradada pela ação predatória do homem ”



e poluímos rios e o Sistema da Cantareira está secando por causa das mudanças climáticas dos últimos 250 anos”, informa Paulo Salles, professor de ecologia do Instituto de Ciências Biológicas da Universidade de Brasília (UnB).

Ele disse que o IDCC, instituto da ONU que reúne mais de 700 analistas da água, clima e economia, produziu cinco relatórios e, no último, de 2013, atribuiu ao homem boa parte da culpa pelas secas, chuvas e nevascas cada vez mais graves e intensas. “Em 2005, o rio Amazonas secou. Vivemos uma conjunção de fatores em que o Nordeste tem tido inundações violentas e o Sul e Sudeste, secas monumentais. As causas

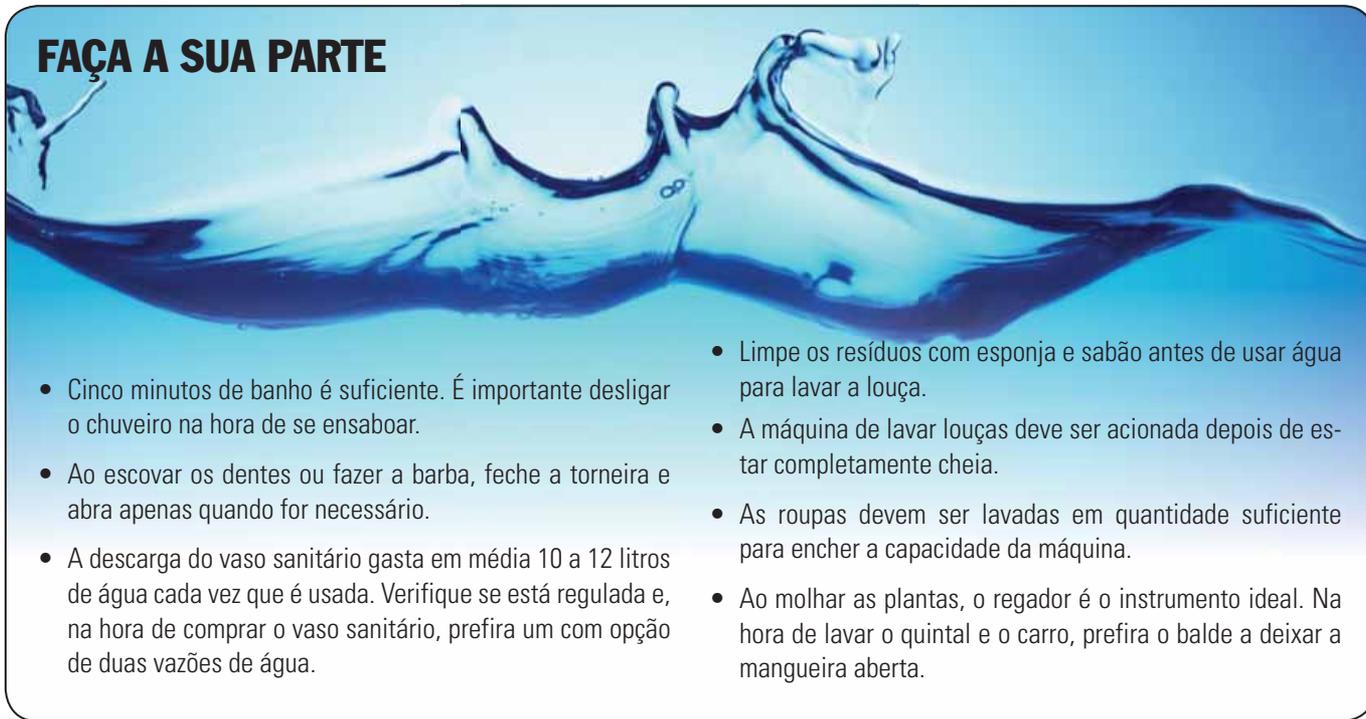
DISTRIBUIÇÃO

Privilegiado com 12% da água doce superficial do mundo, o Brasil sofre com a falta de qualidade e o desaparecimento de suas fontes. “Estamos jogando contra nosso patrimônio quando matamos nascentes

são os efeitos da industrialização (estufa), desmatamento, urbanização, esgotos”, aponta.

Outro foco de dificuldades para acesso à água potável é a distância das fontes. São Paulo, embora tenha surgido na confluência de rios, viu a poluição

FAÇA A SUA PARTE



- Cinco minutos de banho é suficiente. É importante desligar o chuveiro na hora de se ensaboar.
- Ao escovar os dentes ou fazer a barba, feche a torneira e abra apenas quando for necessário.
- A descarga do vaso sanitário gasta em média 10 a 12 litros de água cada vez que é usada. Verifique se está regulada e, na hora de comprar o vaso sanitário, prefira um com opção de duas vazões de água.

- Limpe os resíduos com esponja e sabão antes de usar água para lavar a louça.
- A máquina de lavar louças deve ser acionada depois de estar completamente cheia.
- As roupas devem ser lavadas em quantidade suficiente para encher a capacidade da máquina.
- Ao molhar as plantas, o regador é o instrumento ideal. Na hora de lavar o quintal e o carro, prefira o balde a deixar a mangueira aberta.

tornar imprestáveis fontes próximas e tem de captar água em bacias distantes, alterando cursos de rios e a distribuição natural da água na região. Na última década, a quantidade de água distribuída aos brasileiros cresceu 30%, mas quase dobrou a proporção de água sem tratamento (de 3,9% para 7,2%) e o desperdício ainda assusta: 45% de toda a água ofertada pelos sistemas públicos.

A poluição e o uso inadequado comprometem esse recurso em várias regiões. Mais de 90% do território brasileiro recebe chuvas abundantes durante o ano. Essa água, no entanto, é distribuída de forma irregular. A Amazônia, onde estão as mais baixas concentrações populacionais, possui 78% da água superficial. No Sudeste, essa relação se inverte: 6% do total da água disponível.

“Apesar de tudo isso, temos de olhar para o futuro com otimismo porque temos instrumentos para superar isso. O Brasil tem a legislação sobre água mais avançada do mundo, a Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, que criou o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos e instituiu a Política Nacional de Recursos Hídricos. Por causa dessa lei, a água hoje é gerida e os conflitos mediados pelos Comitês de Bacia Hidrográfica”, esclarece Paulo Salles. ■

A SITUAÇÃO DA ÁGUA NO MUNDO

Os habitantes do Kuwait dispõem de apenas 10 m³ de água por pessoa, por ano, mesmo volume que qualquer ocidental consome em cerca de dois meses.

A quantidade de água no mundo é praticamente a mesma há milhares e milhares de anos. Porém, seu consumo aumenta a cada dia com o crescimento populacional, irrigação e industrialização.

DF e Entorno se encontram numa região de nascentes com cursos de água de baixo volume, com reflexos na oferta de água à população.

O Japão importa água da Coreia do Sul.

O gasto médio recomendado pela OMS para o consumo de água por uma pessoa é de **150** litros. No Brasil e no DF, é de **250** litros.

2% da água do planeta é congelada nos polos e nas geleiras. E apenas 1% é dos rios, lagos e águas subterrâneas.

Já existem vários conflitos entre países pelo uso da água ameaçando a paz mundial.

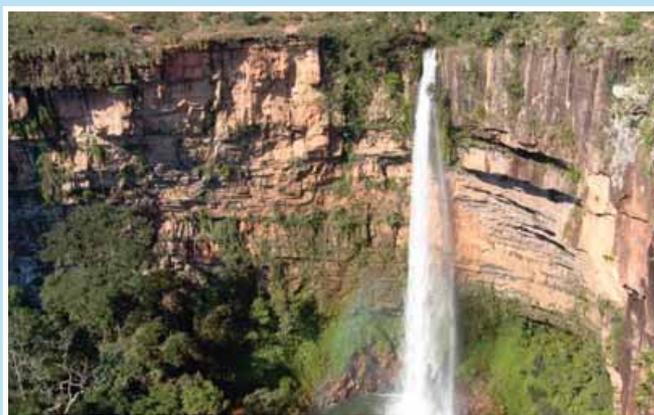
No mundo, **70%** da água utilizada é para irrigação, **18%** para uso industrial e **8%** para uso residencial.

No Oriente Médio, nove entre **14** países têm escassez de água.

O Brasil possui **12%** de toda a água doce do planeta.

A água ocupa **70%** da superfície da Terra. A maior parte é salgada.

Entre **1970** e **1995**, devido à poluição, a quantidade de água disponível para cada habitante do mundo caiu **37%**.



O paraíso é aqui

Reconhecido pela Unesco como uma das reservas naturais mais exuberantes do planeta, Pantanal é uma experiência única para quem aprecia o turismo ecológico

Quem quiser encontrar o paraíso perdido deve se apressar. Ele fica bem no centro da América do Sul, na bacia hidrográfica do Alto Paraguai. Maior planície do mundo de inundação contínua, formada pelas cheias do rio Paraguai e afluentes, o Pantanal tem 250 mil km², mais de 80% dos quais situados no Mato Grosso e no Mato Grosso do Sul. O restante fica na Bolívia e uma pequena parte no Paraguai, onde recebe o nome de Chaco.

Nessa região reconhecida pela Unesco como uma das mais diversificadas reservas naturais do planeta, encontram-se cachoeiras, rios, lagos e lagoas exuberantes e uma biodiversidade impressionante. Segundo a Organização Não Governamental WWF, convivem na região 1.132 diferentes espécies

de borboletas, 656 de aves, 122 de mamíferos, 263 de peixes e 93 de répteis.

Parte integrante do acervo de patrimônios da humanidade, o Pantanal tem ainda uma flora de rara beleza e abundância, formada por quatro biomas: Amazônia, Cerrado, Chaco e Mata Atlântica. Embora os estudos de botânica não tenham esgotado a classificação desta fauna, sabe-se que seus estoques superam os de todo o mundo.

“ Pantanal é considerado o mais bem conservado e intocado ecossistema do planeta e pode ser visitado durante qualquer época do ano ”

TURISMO ECOLÓGICO

Conhecer esse magnífico paraíso ecológico, regido pelo signo das águas, é uma experiência inesquecível para os amantes da natureza. É considerado o mais bem conservado e intocado ecossistema do planeta e pode ser visitado durante qualquer época do ano.



A alternância das águas – nas cheias ou na seca – proporciona aos visitantes cenários indescritíveis que sofrem significativas mutações. O encanto da paisagem emociona, principalmente ao amanhecer e ao entardecer, quando todo o Pantanal se transforma em sons e cores.

Para receber os turistas não familiarizados com a região, existem, no interior do Pantanal, hotéis especialmente construídos e com todo o conforto ou casas de fazenda adaptadas que oferecem opções de passeios a cavalo ou de barco, caminhão, picape e trekking. Tudo com acompanhamento de guias conhecedores da região.

Por suas características aquáticas, o Pantanal funciona como monumental criatório de espécies, especialmente de peixes. Por isso, pode ser chamado de berço do paraíso, onde milhares de plantas, mamíferos, aves, insetos e peixes recriam a natureza a cada nova estação.

As espécies mais capturadas pelos pescadores amadores são: pacu, pintado, cachara, piranha, piavuçu, barbado, dourado, jaú, curimbatá, piraputanga, jurupensém, jurupoca, e tucunaré (peixe da

bacia amazônica introduzido em algumas áreas do Pantanal).

Em virtude da abundância e diversidade de peixes, a pesca sempre foi atividade econômica tradicional no Pantanal. Os rios onde são realizadas as pescas são o Paraguai, Guaicuru, Quebracho, Apa, Nabileque e Piranha, entre outros. Neles também encontramos animais como jacarés, capivaras e ariranhas. Essas e outras espécies, muitas das quais ameaçadas de extinção, ainda se encontram em abundância na região pantaneira, como o cervo-do-Pantanal, a capivara e o tuiuiú.

Devido à baixa declividade desta planície no sentido norte-sul e leste-oeste, a água que cai nas cabeceiras do rio Paraguai chega a gastar quatro meses ou mais para atravessar todo o Pantanal. O clima é quente e úmido no verão e frio e seco, no inverno. A maior parte dos solos do Pantanal é arenosa e suporta pastagens nativas utilizadas pelos herbívoros nativos e pelo gado bovino, introduzido pelos colonizadores da região.

TRÊS PONTOS TURÍSTICOS

Bonito (MS)

Bonito, no Mato Grosso do Sul, ganhou prêmio de melhor destino de turismo responsável no mundo. Foi a primeira colocada no prêmio World Responsible Tourism Awards e recebeu uma placa de homenagem, em Londres, durante o World Travel Market, considerado um dos maiores eventos de turismo do mundo. São as águas transparentes que levam este recanto a fazer jus ao seu nome. Entre os pontos principais de Bonito, temos a Lagoa Misteriosa, a Gruta Lago Azul e o Parque das Cachoeiras.



Jardim (MS)

Junto a Bonito, Jardim forma um polo de ecoturismo dos mais organizados e preservados de todo o país. O Rio da Prata é uma das principais atrações, com suas águas cristalinas. Um dos melhores locais para flutuação e para observação de inúmeras espécies de peixes da região. Em Jardim também é possível fazer mergulho autônomo na Lagoa Misteriosa, que possui 200 metros de profundidade e águas límpidas. O Buraco das Araras é outro atrativo. Lá se pode observar a beleza das araras vermelhas.



Chapada dos Guimarães (MT)

No centro geodésico da América do Sul, a Chapada dos Guimarães é palco de paisagem fantástica. Para proteger essa amostra de fauna e flora do cerrado brasileiro foi criado o Parque Nacional da Chapada dos Guimarães. Ali estão cachoeiras, grutas, cavernas, morros e formações rochosas em meio a cânions de arenito com até 350m de altura. Seu cartão postal é a Cachoeira do Véu da Noiva, com 86m de queda. Mirantes naturais proporcionam vistas incríveis das planícies do Centro-Oeste e do Pantanal.

A plenitude da vida dos aposentados

► **Luiz Soares** *

Independentemente do tempo, cada ser humano assume, ao chegar neste planeta maravilhoso, um desafio por ele mesmo estabelecido. Assim surgem os sonhos que iremos acalentar e buscar ao longo da nossa jornada, sem prazo de validade.

Como diz o ditado: “A vida é uma jornada sem fronteiras!” Na estrada da vida, tudo tem começo, meio e fim, sem dúvida. O antagonismo que a vida nos proporciona seria uma odisseia de alto glamour, tendo como limites o amor dos que amam. Melhor dizer: daqueles que amam e serão eternamente amados e lembrados! Eis, portanto, o coroamento, o louro da uma vitória específica e coletiva ao mesmo tempo, reservada a todos nós, mesmo aos aposentados.

Retrospectivamente, a aposentadoria diz respeito a um tempo e suas obrigações finitas ocupacionais. Isto é invenção dos homens, porque a nossa missão só termina quando voltamos e nos encontramos nos braços e acordes do infinito. Assim, a jornada que cada um cumpre pode ser definida por muitas situações, muitas oportunidades, emoções, preocupações, noites mal dormidas. Enfim, cada um com a sua HISTÓRIA. É, portanto, uma história muito pessoal e intransferível que cada um de nós vai escrevendo nas linhas do tempo infinito.

Cronologicamente podemos até reviver os grandes momentos que tivemos e ainda haveremos de ter, nesta caminhada. É verdade! Voltar no tempo serve para uma grata reflexão. Nos acordes da reflexão estaremos, fatalmente, dando asas e elogiando o nosso próprio e específico AMOR PRÓPRIO, com o qual podemos e ainda poderemos contar. Não importa o que vivenciamos. Não importa tanto os altos como os baixos que enfrentamos. Importa, sim, que estamos felizes em ter suplantado tudo que se nos apresentou e passamos por tudo isto – vitoriosos naturalmente!

Como atores abnegados comandando uma plateia meio arredia, conseguimos impor os nossos sentimentos. Foi um exercício paciente e destemido de saber ouvir e escutar, de olhar e ver, sem, entretanto, deixar de se posicionar com decisões das mais sábias, amorosas e duradouras. Assim nos lapidamos e ajudamos muitos dos nossos entes queridos, como também aqueles estimados e amados amigos que nos circundam até hoje.

Como espelhos que externam a nossa vontade e bondade interior, nos tornamos parte de um novo cenário. O cenário seria ou será bem diferente daqueles tempos corridos. O cenário já não mais exige tanto de cada um de nós. Fundimo-nos com os paradigmas que a vida nos presenteou. Somos atores, somos plateia, somos aprendizes e mestres da sabedoria divina. O fogo que nos estimulou nos transformou em brilhantes lapidados com o esmero e marca registrada de cada um, nos transformando numa joia rara de muitos quilates.

Assim, estamos e continuaremos com a nossa jornada. Se aqui permanecemos é porque ainda temos algo a completar – é verdade! E assim sendo, devemos nos agradecer todos os dias, em todas as horas e momentos, pela nossa persistência. O tempo que a aposentadoria nos proporciona é uma pausa, uma estratégia que devemos curtir e valorizar. Não mais estamos presos na rotina. Não mais haveremos de correr contra o tempo. Somos aves que trilham os céus sem deixar rastros.

Agora uma saudação. Uma saudação, um estímulo a cada um de nós, na condição de aposentados (para os homens), mas livres e libertos na cronologia divina. E a cada dia tenha muito orgulho de ser UM FELIZ APOSENTADO, assim como eu!

* **Luiz Soares** é professor aposentado da ESAM, engenheiro agrônomo, poeta e associado da APSEF

BUSCANDO A EXCELÊNCIA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA



IBAP

INSTITUTO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

PARCERIAS INSTITUCIONAIS



IASIA
International Association of Schools
and Institutes of Administration



DPADM/ONU
Divisão de Administração Pública e Gestão
do Desenvolvimento das Nações Unidas

Junte-se a nós!



Desde 1997, a Associação Nacional dos Servidores Ativos, Aposentados e Pensionistas do Serviço Público Federal tem lutado pelos direitos e bem-estar de seus associados

A APSEF oferece a você:

- Defesa intransigente dos direitos e interesses coletivos, em conformidade com a Constituição Federal e legislação vigente, mediante o exercício da representação
- Acompanhamento permanente da legislação para adoção de medidas administrativas e judiciais visando a preservação dos direitos dos associados e a garantia da paridade com os servidores em atividade
- Assistência à saúde, lazer, turismo e similares, por meio de convênios e parcerias firmadas
- Garantia da aplicação e revisão dos atos de aposentadorias e pensões decorrentes de legislação superveniente que propicie a melhoria dos proventos e pensões, na forma da lei, pelas vias administrativas e/ou judiciais
- Concursos e similares como incentivo à criatividade dos associados
- Divulgação de matérias, de caráter geral e específico, voltadas para o interesse e a atualização dos associados e da sociedade em geral, por meio eletrônico ou de periódico

ACESSE O NOSSO WEBSITE E ASSOCIE-SE!

WWW.APSEF.ORG.BR

SCN Qd. 02, Bloco D, Torre A
Salas 912/917 - Edifício Liberty Mall
Brasília/DF - CEP 70712-903
Contatos: (61) 3037.9072 / (61) 3034.3983
presidencia@apsef.org.br | www.apsef.org.br

